

RESULTADO DOS RECURSOS DO GABARITO E PROVA OBJETIVA - RETIFICADO

CONHECIMENTOS COMUNS - NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
01	OPE3	15823	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O texto revela que, na verdade, há uma armadilha imposta aos que acham que não buscar mudanças seja o mais adequado, mas frisa que a mudança é coerente e necessária, conforme se lê em “Sim, mudar é complicado, pois a mudança é contrária à imobilidade – e a imobilidade diversas vezes se esconde por trás da máscara traiçoeira da coerência”. Logo, a única alternativa correta é a letra D, uma vez que o texto deixa claro essa indissociabilidade quando destaca que “as palavras ensinar e aprender estão conectadas”.
		16465		MUDANÇA DE GABARITO	
02	OPE3	10969	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVAS OPE3/FIN3/GES3 A presente banca constata que a ausência de da palavra “primeiro” antes de “advérbio” no enunciado “Quanto ao advérbio presente na oração “Sou sempre a minha mais recente edição, revista e ampliada”, é correto dizer que este é um” impossibilita a marcação de apenas uma alternativa, uma vez que, sendo o advérbio “uma palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio” (CEGALLA, 2008, p. 259), a oração possui um de tempo – <i>sempre</i> , conforme consta no gabarito – que modifica o verbo <i>sou</i> e um de intensidade – <i>mais</i> – que modifica o adjetivo <i>recente</i> . Desta forma, não se evidencia uma única alternativa correta, mas sim duas, sendo, portanto, aceito o referido recurso quanto a anulação da questão.
		10672			
		11408			
		15868			
	15041	INDEFERIDO	MUDANÇA DE GABARITO		
	FIN3	14222	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	
GES3	-	-	-		
03	OPE1	15560	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	É sabido que “ <i>parônimos</i> são palavras parecidas na escrita e na pronúncia” (CEGALLA, 2008), o que não acontece com as palavras em questão, uma vez que, admitindo-se o entendimento de que as palavras <i>âncora</i> (substantivo) e <i>ancora</i> (verbo) são “iguais na escrita e diferentes no timbre ou na intensidade das vogais” (CEGALLA, 2008), estas configuram perfeitamente um caso de palavras homógrafas heterofônicas. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso. Segundo o gramático Domingos Paschoal Cegalla, “Homônimos são palavras que têm a mesma pronúncia, e às vezes a mesma grafia, mas significação diferente” (CEGALLA, 2008, p. 311). Logo, admite-se aqui o
		14245			

		13460			entendimento de que as palavras <i>âncora</i> (substantivo) e <i>ancora</i> (verbo) por serem “iguais na escrita e diferentes no timbre ou na intensidade das vogais” (CEGALLA, 2008, p. 311), configuram perfeitamente um caso de palavras homógrafas heterofônicas. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
		14030			Segundo o gramático Domingos Paschoal Cegalla, “Homônimos são palavras que têm a mesma pronúncia, e às vezes a mesma grafia, mas significação diferente” (CEGALLA, 2008, p. 311). Logo, admite-se aqui o entendimento de que as palavras <i>âncora</i> (substantivo) e <i>ancora</i> (verbo) por serem “iguais na escrita e diferentes no timbre ou na intensidade das vogais” (CEGALLA, 2008, p. 311), configuram perfeitamente um caso de palavras homógrafas heterofônicas. Nota-se, ainda, que a questão não versava sobre acentuação gráfica, visto que as alternativas não aludem a tal contexto, mas sim ao âmbito semântico das palavras em questão. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
					Segundo o gramático Domingos Paschoal Cegalla, “Homônimos são palavras que têm a mesma pronúncia, e às vezes a mesma grafia, mas significação diferente” (CEGALLA, 2008, p. 311). Logo, admite-se aqui o entendimento de que as palavras <i>âncora</i> (substantivo) e <i>ancora</i> (verbo) por serem “iguais na escrita e diferentes no timbre ou na intensidade das vogais” (CEGALLA, 2008, p. 311), configuram perfeitamente um caso de palavras homógrafas heterofônicas. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
03	OPE2	16822	INDEFERIDO	MUDANÇA DE GABARITO	O texto não deixa claro que “os artistas” (de modo geral) se contrapõem ao óbvio, mas é restritivo quando evidencia que apenas os melhores fazem isso, como se pode ler em “Há muitas maneiras de fugir do óbvio, e os melhores artistas são especialistas nisso”. Logo, a única afirmativa correta é a letra D – e não E, conforme colocado no recurso –, pois o texto expõe que “há uma indissociabilidade entre aprender e ensinar” como se pode notar em “as palavras ensinar e aprender estão conectadas. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
04	OPE2	15810	INDEFERIDO	MUDANÇA DE GABARITO	É sabido que uma palavra polissêmica pode ter mais de uma significação (CEGALLA, 2008), no entanto, para as palavras em questão, admite-se o entendimento de que elas – <i>âncora</i> (substantivo) e <i>ancora</i> (verbo) – são “iguais na escrita e diferentes no timbre ou na intensidade das vogais” (CEGALLA, 2008), configurando perfeitamente um caso de palavras homógrafas heterofônicas. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
		14051		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Segundo o gramático Domingos Paschoal Cegalla, “Homônimos são palavras que têm a mesma pronúncia, e às vezes a mesma grafia, mas significação diferente” (CEGALLA, 2008, p. 311). Logo, admite-se aqui o entendimento de que as palavras <i>âncora</i> (substantivo) e <i>ancora</i> (verbo) por serem “iguais na escrita e diferentes no timbre ou na intensidade das vogais” (CEGALLA, 2008, p. 311), configuram perfeitamente um caso de palavras homógrafas heterofônicas. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
05	OPE1	10353	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	O texto não deixa claro que “os artistas” (de modo geral) se contrapõem ao óbvio, mas é restritivo quando evidencia que apenas os melhores fazem isso, como se pode ler em “Há muitas maneiras de fugir do óbvio, e os melhores artistas são especialistas nisso”. Logo, a única afirmativa correta é a letra D, pois o texto deixa claro que “há uma indissociabilidade entre aprender e ensinar” como se pode notar em “as palavras ensinar e aprender estão conectadas”. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
		13356			
06	FIN1	10385	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	Embora possa ser confundida com a perífrase e também se referir à substituição de nomes, o caso em questão não é uma metonímia, uma vez que esta “consiste em usar uma palavra por outra, com a qual se

					acha relacionada” (CEGALLA, 2008, p. 615) e a questão traz uma expressão fazendo essa substituição. De tal forma, trata-se de uma perífrase pelo fato de esta figura de linguagem se referir a “uma expressão que designa os seres por meio de algum de seus atributos ou de um fato que os celebrizou” (CEGALLA, 2008, p. 617), logo, sabe-se que Shakespeare é, até hoje, conhecido por muitos como o <i>escritor de Romeu e Julieta</i> . Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
06	OPE2	16822	INDEFERIDO	MUDANÇA DE GABARITO	Embora possa ser confundida com a perífrase e também se referir à substituição de nomes, o caso em questão não é uma metonímia, uma vez que esta “consiste em usar uma palavra por outra, com a qual se acha relacionada” (CEGALLA, 2008, p. 615) e a questão traz uma expressão fazendo essa substituição. De tal forma, ainda que gramáticos discordem quanto a nomenclatura dada a alguns recursos estilísticos – como o caso da antonomásia e da perífrase – trata-se perfeitamente de uma perífrase pelo fato de esta figura de linguagem se referir a “uma expressão que designa os seres por meio de algum de seus atributos ou de um fato que os celebrizou” (CEGALLA, 2008, p. 617), logo, sabe-se que Shakespeare é, até hoje, conhecido por muitos como o <i>escritor de Romeu e Julieta</i> . Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
06	OPE3	13485	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Segundo o gramático Domingos Paschoal Cegalla, “Homônimos são palavras que têm a mesma pronúncia, e às vezes a mesma grafia, mas significação diferente” (CEGALLA, 2008, p. 311). Logo, admite-se aqui o entendimento de que as palavras <i>âncora</i> (substantivo) e <i>ancora</i> (verbo) por serem “iguais na escrita e diferentes no timbre ou na intensidade das vogais” (CEGALLA, 2008, p. 311), configuram perfeitamente um caso de palavras homógrafas heterofônicas. Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
07	OPE2	15810	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Embora possa ser confundida com a perífrase e também se referir à substituição de nomes, o caso em questão não é uma metonímia, uma vez que esta “consiste em usar uma palavra por outra, com a qual se acha relacionada” (CEGALLA, 2008, p. 615) e a questão traz uma expressão fazendo essa substituição. De tal forma, ainda que gramáticos discordem quanto a nomenclatura dada a alguns recursos estilísticos – como o caso da antonomásia e da perífrase – trata-se perfeitamente de uma perífrase pelo fato de esta figura de linguagem se referir a “uma expressão que designa os seres por meio de algum de seus atributos ou de um fato que os celebrizou” (CEGALLA, 2008, p. 617), logo, sabe-se que Shakespeare é, até hoje, conhecido por muitos como o <i>escritor de Romeu e Julieta</i> . Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
08	OPE3	10445	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Não pode se evidenciar uma metáfora na análise da oração em questão, uma vez que está “é o desvio da significação própria de uma palavra, nascido de uma comparação mental ou característica comum entre dois seres ou fatos” (CEGALLA, 2008, p. 614), o que não pode ser visto em questão, pois, pelo entendimento do texto, nota-se as palavras <i>som</i> e <i>fúria</i> se encontram dentro de suas possibilidades de significados. Logo, a única figura de linguagem presente no enunciado em questão é a perífrase pelo fato de esta figura de linguagem se referir a “uma expressão que designa os seres por meio de algum de seus atributos ou de um fato que os celebrizou” (CEGALLA, 2008, p. 617), logo, sabe-se que Shakespeare é, até hoje, conhecido por muitos como o <i>escritor de Romeu e Julieta</i> .
		16061		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Embora possa ser confundida com a perífrase e também se referir à substituição de nomes, o caso em questão não é uma metonímia, uma vez que esta “consiste em usar uma palavra por outra, com a qual se

					acha relacionada” (CEGALLA, 2008, p. 615) e a questão traz uma expressão fazendo essa substituição. De tal forma, trata-se de uma perífrase pelo fato de esta figura de linguagem se referir a “uma expressão que designa os seres por meio de algum de seus atributos ou de um fato que os celebrizou” (CEGALLA, 2008, p. 617), logo, sabe-se que Shakespeare é, até hoje, conhecido por muitos como o <i>escritor de Romeu e Julieta</i> . Deste modo, dá-se como indeferido o presente recurso.
09	FIN1	10385	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE1/FIN1/GES1</p> <p>A presente banca constata que a ausência de da palavra “primeiro” antes de “advérbio” no enunciado <u>“Quanto ao advérbio presente na oração “Sou sempre a minha mais recente edição, revista e ampliada”, é correto dizer que este é um”</u> impossibilita a marcação de apenas uma alternativa, uma vez que, sendo o advérbio “uma palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio” (CEGALLA, 2008, p. 259), a oração possui um de tempo – <i>sempre</i>, conforme consta no gabarito – que modifica o verbo <i>sou</i> e um de intensidade – <i>mais</i> – que modifica o adjetivo <i>recente</i>. Desta forma, não se evidencia uma única alternativa correta, mas sim duas, sendo, portanto, aceito o referido recurso quanto a anulação da questão.</p>
	OPE1	10702	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	
		15869			
		13545			
		17498			
		15206			
		13545			
14245					
GES1	-				
10	OPE1	14030	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>A questão versa sobre o fato de a concordância estar adequada e, quanto a isso, pode-se verificar, segundo os conhecimentos de Cegalla, a ocorrência do que se nota na oração em questão quando o mesmo alude sobre as regras de concordância verbal para o sujeito composto e na terceira pessoa, dizendo que “o sujeito, sendo composto e anteposto ao verbo, leva geralmente este para o plural” (CEGALLA, 2008, p. 450). Havendo aqui a concordância do verbo <i>ir</i> com os sujeitos <i>todo conhecimento</i> e <i>todo avanço</i>, observa-se que a concordância está adequada e que, portanto, não se sustenta o deferimento de tal recurso. Acrescenta-se, ainda, que <i>conhecimento</i> – o ato ou a atividade de conhecer, realizado por meio da razão e/ou da experiência (HOUAISS, 2009) – e <i>avanço</i> – abertura de uma nova perspectiva para a solução de um problema, ou para o progresso de um conhecimento (HOUAISS, 2009) – não podem ser entendidas como palavras sinônimas – e nem quase –, visto que a segunda é resultado da primeira.</p>
		13545		MUDANÇA DE GABARITO	
		13545			
10	OPE2	14051	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE2/FIN2/GES2</p> <p>A presente banca constata que a ausência de da palavra “primeiro” antes de “advérbio” no enunciado <u>“Quanto ao advérbio presente na oração “Sou sempre a minha mais recente edição, revista e ampliada”, é correto dizer que este é um”</u> impossibilita a marcação de apenas uma alternativa, uma vez que, sendo o</p>
		15986			
		16822			

		15390	INDEFERIDO	MUDANÇA DE GABARITO	advérbio “uma palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio” (CEGALLA, 2008, p. 259), a oração possui um de tempo – <i>sempre</i> , conforme consta no gabarito – que modifica o verbo <i>sou</i> e um de intensidade – <i>mais</i> – que modifica o adjetivo <i>recente</i> . Desta forma, não se evidencia uma única alternativa correta, mas sim duas, sendo, portanto, aceito o referido recurso quanto a anulação da questão.
	FIN2	-	-	-	
	GES2	-	-	-	

MATEMÁTICA					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
11	OPE2	14549	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Está questão refere-se ao assunto juros simples.</p> <p>Usaremos, então, a fórmula dos juros simples: $J = \frac{C \cdot i \cdot t}{100}$; $M = C + J$</p> <p>Temos como montante = 5.400, que se trata do valor da moto.</p> <p>Capital(c) = 1800 Juros (j) = 3.600 Taxa (i) = 2,5 % a.m. Tempo (t) = ?</p> $3600 = \frac{1800 \cdot 2,5 \cdot t}{100}$ <p>$t = 80$ meses. 80 meses é aproximadamente 6,67 anos. Somando esse tempo com a idade do rapaz, temos 26,67 anos. Isso quer nos dizer: 26 anos completos.</p>
		16822			
12	OPE1	14030	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE1/FIN1/GES1</p> <p>A distância entre o atleta e a cesta seria a diferença entre as duas raízes da função, ou seja, o ponto de onde foi lançada a bola e o ponto onde ela caiu.</p> <p>As duas raízes são: - 0,4 e 8,4.</p> <p>A diferença entre as duas raízes será= 8,4 - (- 0,4) = 8,4 + 0,4 = 8,8. O que dos daria a alternativa (A) como correta.</p> <p>Quanto à unidade de medida, todas as alternativas estão na mesma unidade de medida, o metro (M), e isso nos dá total condições para a resolução da questão.</p> <p>No entanto, esta questão deve ser anulada devido à falta de um dado importante, referente à posição de onde a bola cairia, que, neste caso, seria na mesma direção da cesta.</p>
		12074			
		13356			
		12960			
		12960			
	14245	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO		
FIN1	-	-	-		
GES1	-	-	-		

12	OPE3	16421	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>Está questão refere-se ao assunto juros simples. Usaremos, então, a fórmula dos juros simples: $J = \frac{C.i.t}{100}$; $M = C + J$ Temos como montante = 5.400, que se trata do valor da moto. Capital(c) = 1800 Juros (j) = 3.600 Taxa (i) = 2,5 % a.m. Tempo (t) = ?</p> $3600 = \frac{1800 \cdot 2,5 \cdot t}{100}$ <p>$t = 80 \text{ meses.}$ 80 meses é aproximadamente 6,67 anos. Somando esse tempo com a idade do rapaz, temos 26,67 anos. Isso quer nos dizer: 26 anos completos.</p>
13	OPE1	14245	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Está questão refere-se ao assunto juros simples. Temos como montante = 5.400, que se trata do valor da moto.</p> <p>Seus cálculos estão corretos e o raciocínio de que ele teria 25 anos completos, também, está correto, contudo, caso considere a resposta que contém 25 anos completo como sendo a alternativa certa, estaria incorreto, pois aos 25 anos o rapaz, ainda, não teria o montante necessário para comprar a moto, uma vez que o tempo influencia no cálculo da questão.</p> <p>Já que o cálculo correto é de 26,67 anos, o rapaz então teria 26 anos completos.</p>
13	OPE2	15810	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE2/FIN2/GES2</p> <p>A distância entre o atleta e a cesta seria a diferença entre as duas raízes da função, ou seja, o ponto de onde foi lançada a bola e o ponto onde ela caiu. As duas raízes são: - 0,4 e 8,4. A diferença entre as duas raízes será= 8,4 - (-0,4) = 8,4 + 0,4 = 8,8. O que dos daria a alternativa (a) como correta. Quanto à unidade de medida, todas as alternativas estão na mesma unidade de medida, o metro (m), e isso nos dá total condições para a resolução da questão. No entanto, esta questão deve ser anulada devido a falta de um dado importante, referente à posição de onde a bola cairia, que, neste caso, seria na mesma direção da cesta.</p>
		14549			
		15390			
		14051			
	FIN2	-	-	-	
GES2	-	-	-		

14	OPE3	16545	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE3/FIN3/GES3</p> <p>A distância entre o atleta e a cesta seria a diferença entre as duas raízes da função, ou seja, o ponto de onde foi lançada a bola e o ponto onde ela caiu. As duas raízes são: - 0,4 e 8,4. A diferença entre as duas raízes será= $8,4 - (-0,4) = 8,4 + 0,4 = 8,8$. O que nos daria a alternativa (a) como correta. Quanto à unidade de medida, todas as alternativas estão na mesma unidade de medida, o metro (m), e isso nos dá total condições para a resolução da questão. No entanto, esta questão deve ser anulada devido a falta de um dado importante, referente à posição de onde a bola cairia, que, neste caso, seria na mesma direção da cesta.</p>
		14239			
		11408			
	FIN3	-	-	-	
	GES3	-	-	-	

NOÇÕES DE INFORMÁTICA					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
16	OPE1	14030	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE1/FIN1/GES1</p> <p>Trata-se de um recurso e não tipo de arquivo, e a ação em questão trata-se de um recurso de exportação de arquivo, além disso não foi levado em consideração a possibilidade de computadores sem leitor de CD.</p>
		15869			
		12960			
		13545			
		13067			
		14032			
		13545			
		15560			
	14245	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO		
FIN1 GES1	-	-	-		
16	OPE3	12305	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>A alternativa que sugere o candidato refere-se a salvar modelos de apresentação PowerPoint que poderão ser aproveitados em outras apresentações. https://support.office.com/pt-br/article/o-que-é-um-modelo-do-powerpoint-e59c0036-5c64-4725-96d8-b6af8462ea10</p>

		17805			A ferramenta de nome Gerenciador de tarefas é apenas para plataforma Windows para o MacOS é Forçar Encerrar Aplicativos acessada com a combinação Command + Option + Esc. No Linux é conhecida como Monitor do Sistema que pode ser acessado pelo terminal com o comando gnome-system-monitor . A questão é sobre Gerenciador de Tarefas e não sobre as duas outras ferramentas citadas acima pertencentes as outras plataformas.
		10672			A combinação de teclas Ctrl+Alt+Del aciona a tela de segurança do Windows que vai permitir ao usuário escolher cinco opções diferentes e uma delas é o gerenciador de tarefas, a combinação Ctrl+Alt+Esc o aciona diretamente, que é o que a pergunta requer de resposta. "Qual as teclas de atalho usadas em conjunto servem para ativar o gerenciador de tarefas diretamente ".
		14006			A combinação de teclas Ctrl+Alt+Del aciona a tela de segurança do Windows que vai permitir ao usuário escolher cinco opções diferentes e uma delas é o gerenciador de tarefas, a combinação Ctrl+Alt+Esc o aciona diretamente, que é o que a pergunta requer de resposta. "Qual as teclas de atalho usadas em conjunto servem para ativar o gerenciador de tarefas diretamente ".
16	FIN3	13746	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A combinação de teclas Ctrl+Alt+Del aciona a tela de segurança do Windows que vai permitir ao usuário escolher cinco opções diferentes e uma delas é o gerenciador de tarefas, a combinação Ctrl+Alt+Esc o aciona diretamente, que é o que a pergunta requer de resposta. "Qual as teclas de atalho usadas em conjunto servem para ativar o gerenciador de tarefas diretamente ".
		13746	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A alternativa D que sugere o candidato, refere-se a salvar modelos de apresentação PowerPoint que poderão ser aproveitados em outras apresentações. https://support.office.com/pt-br/article/o-que-é-um-modelo-do-powerpoint-e59c0036-5c64-4725-96d8-b6af8462
17	OPE1	10702	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A combinação de teclas Ctrl+Alt+Del aciona a tela de segurança do Windows que vai permitir ao usuário escolher cinco opções diferentes e uma delas é o gerenciador de tarefas, a combinação Ctrl+Alt+Esc o aciona diretamente, que é o que a pergunta requer de resposta. "Qual as teclas de atalho usadas em conjunto servem para ativar o gerenciador de tarefas diretamente ".
		11936			
17	OPE2	15464	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA OPE2/FIN2/GES2
		15390			
		15546	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	
	FIN2 GES2	-	-	-	
17	OPE3	10445	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>Erro de formatação de células é gerado quando valores de uma célula assumem formatação não numéricas o qual impossibilita usá-los e cálculos, na citada questão os valores não assumiram uma formatação que impossibilitasse cálculos, a célula que exibe símbolos que indicam pouco espaço na célula para o resultado encontrado.</p> <p>https://support.office.com/pt-br/article/corrija-números-formatados-como-texto-aplicando-um-formato-de-número-6599c03a-954d-4d83-b78a-23af2c8845d0</p>

18	OPE2	15390	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recurso não corresponde a questão.
18	FIN3	14222	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE3/FIN3/GES3</p> <p>Ausência do sinal de igualdade (=) no início da fórmula.</p>
	OPE3	14912			
		10445			
		13485			
		10672			
GES3	-	-	-		
19	OPE1	13135	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE1/FIN1/GES1</p> <p>Ausência do sinal de igualdade (=) no início da fórmula.</p>
		14888			
		10582			
		12552			
		17498			
		13132			
	FIN1 GES1	-	-	-	
19	OPE2	14549	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE2/FIN2/GES2</p> <p>Trata-se de um recurso e não tipo de arquivo, e a ação em questão trata-se de um recurso de exportação de arquivo, além disso não foi levado em consideração a possibilidade de computadores sem leitor de CD.</p>
		15810			
		14578			
		15464			
	OPE2	15546	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	Salvar um arquivo como apresentação de imagem do PowerPoint reduzirá o tamanho do arquivo e algumas informações serão perdidas. Portanto não exibira fielmente a apresentação.
20	OPE3	15823	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE3/FIN3/GES3</p> <p>Trata-se de um recurso e não tipo de arquivo, e a ação em questão trata-se de um recurso de exportação de arquivo, além disso não foi levado em consideração a possibilidade de computadores sem leitor de CD.</p>
		17805			
		10413			

		10445			
		14239			
	FIN3 GES3	-	-	-	

LEGISLAÇÃO					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
21	OPE2	14549	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Ainda que de fato haja um erro de digitação na elaboração da questão, na qual deveria constar "ainda que não hierarquicamente subordinado", tal erro não interfere no conhecimento exigido nas alternativas propostas na questão, já que o texto-base da referida questão foi colocado apenas como um direcionamento para a matéria tratada nas assertivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
28	FIN1	10385	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	A expressão contratos da administração é utilizada, em sentido amplo, para abranger todos os contratos celebrados pela administração pública, seja sob regime de direito público, seja sob regime de direito privado e a expressão contrato administrativo é reservada para designar tão somente os ajustes que a administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público. Costuma-se dizer que, nos contratos de direito privado, a administração se nivela ao particular, caracterizando-se a relação jurídica pelo traço da horizontalidade e que, nos contratos administrativos, a administração age como poder público, com todo o seu poder de império sobre o particular, caracterizando-se a relação jurídica pelo traço da verticalidade. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30ª ed. São Paulo: atlas, 2017. Assim mantenho a única alternativa correta. Alternativa B
31	FIN3	14222	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Conforme o inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal de 1988, b . Não estão sujeitos ao imposto os templos de qualquer culto. Para elaboração da questão foi considerada a íntegra do art. 150 , sendo assim, a resposta em questão deve ser considerada como um distrator por descrever “templos de culto religioso com mais de 20 anos de fundação” fazendo referência a uma especificação de temporalidade inexistente no texto do artigo.
31	FIN3	13746	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Conforme o inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal de 1988, c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, Sem Fins Lucrativos... (). Para elaboração da questão foi considerada a íntegra do art. 150, C , sendo assim, a resposta em questão deve ser considerada como um distrator devido a falta de especificação da condição “ sem fins lucrativos ”.
36	FIN3	13746	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A expressão contratos da administração é utilizada, em sentido amplo, para abranger todos os contratos celebrados pela administração pública, seja sob regime de direito público, seja sob regime de direito privado. E a expressão contrato administrativo é reservada para designar tão-somente os ajustes que a administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público. Costuma-se dizer que, nos contratos de direito privado, a administração se nivela ao particular, caracterizando-se a relação jurídica pelo traço da horizontalidade e que, nos contratos administrativos, a administração age como poder público, com todo o seu poder de império sobre o particular, caracterizando-se a relação jurídica pelo traço da verticalidade.

					Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30ª ed. São Paulo: ATLAS, 2017. Assim mantenho a única alternativa correta. Alternativa B
38	FIN3	13379	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. § 4º é dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica. Art. 62, § 4º da Lei 8.666/93 Assim a questão refere-se ao termo previsto no parágrafo §4 da lei 8666/93 sobre licitações nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras , inclusive assistência técnica e não a modalidade do processo licitatório.
46	FIN1	10385	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	Conforme o inciso vi do artigo 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, B. Não estão sujeitos ao imposto os templos de qualquer culto. Para elaboração da questão foi considerada a íntegra do art. 150 , sendo assim, a resposta em questão deve ser Considerada com um distrator por descrever "templos de culto religioso com mais de 20 anos de fundação" fazendo referência a uma especificação de Temporalidade inexistente no texto do artigo.
47	FIN3	13746	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A alternativa "C", está em conformidade, com o conceito de Passivo, que segundo os autores- Equipe de professores da FEA/USP (2007) , Passivo, são as obrigações exigíveis da empresa, ou seja, as dívidas que serão cobradas, conforme data de seu vencimento. Conhecido como dívidas com terceiros em geral, ou ainda, passivo exigível. E de acordo com http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc , acessado em 30/04/2018, "Patrimônio Líquido é o interesse residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos". Portanto, Gabarito mantido.
50	FIN2	11860	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Segundo a Equipe de professores da FEA/USP (2010), ativo, compreende os bens e os direitos da entidade. Já para Marion (2007), Ativo é o conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa. São os itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganhos para a empresa. Assim sendo, o conceito de Ativo, de acordo com a alternativa "E", está correto. Com relação a alternativa "D", não se faz referência acerca de captação de recursos econômicos, mas sim a Captação como processo de reunião das informações pertinentes a todas as transações realizadas pela entidade. Gabarito mantido.

53	FIN1	10385	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	Com relação a alternativa “E” que dá uma definição de Ativo, não atende ao que pede o comando da questão considerando que se pede para assinalar a alternativa em discordância e a mesma está de acordo com o conceito de Ativo. Corroboram com o conceito autores como Equipe de professores da FEA/USP (2010), onde o Ativo compreende, os bens e os direitos da entidade. Já para Marion (2007), Ativo é o conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa. São os itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganhos para a empresa. Gabarito mantido.
-----------	-------------	--------------	-------------------	----------------------------	---

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO OPERACIONAL					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
26	OPE2	15390	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega que a questão em comento apresenta duas respostas, afirmando que controle interno e finalístico são correlatos. Diante disso, passamos a análise dos fatos.</p> <p>Preliminarmente vale ressaltar no campo da administração pública é comumente se utilizar a palavra controle, muito utilizado também pelo professor Hely Lopes Meirelles que afirma que controle “é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro”. Assim, a classificação das formas de controle se dará conforme a sua origem, o momento do exercício, aspecto controlado e à amplitude. Para o caso concreto, vamos nos ater na definição dos tipos de controle elencando na peça: Considerando a origem, controle interno, é exercido pela entidade ou órgão responsável pela coisa controlada, no campo da sua própria estrutura. Para exemplificar, o controle que um superior hierárquico exerce sobre o seu subordinado, é considerado controle interno. Por outro lado, o controle finalístico se refere a força exercida pela administração direta em face das pessoas jurídicas que compõe a administração indireta, pois, trata de um controle que depende de lei que o estabeleça, que determine os meios de controle e as autoridades responsáveis pela a sua realização. Vista disso, não resta dúvida que a questão aborda os atos praticado pela administração (entidade) no seu ambiente interno, o que reflete diretamente nas atribuições desse tipo de controle. Assim, indefiro o pedido.</p>
		14051			
		16822			
27	OPE3	15960	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA OPE3</p> <p>O recorrente cita que no Edital não fala sobre Qualidade no Atendimento ao Público. No que pese o atendimento ao público com qualidade não se restringir ao âmbito das empresas privadas, entretanto como a questão aborda o ano em que a Qualidade foi incorporada na Administração Pública, somos pelo deferimento do recurso, haja vista que a questão trata especificamente da Administração Pública. Questão anulada.</p>
28	OPE1	15560	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO/ ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega que a questão em comento apresenta duas respostas, afirmando que controle interno e finalístico são correlatos. Diante disso, passamos a análise dos fatos.</p> <p>Preliminarmente vale ressaltar no campo da administração pública é comumente se utilizar a palavra controle, muito utilizado também pelo professor Hely Lopes Meirelles que afirma que controle “é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro”.</p>
		14245			

					<p>Assim, a classificação das formas de controle se dará conforme a sua origem, o momento do exercício, aspecto controlado e à amplitude.</p> <p>Para o caso concreto, vamos nos ater na definição dos tipos de controle elencado na peça:</p> <p>Considerando a origem, controle interno, é exercido pela entidade ou órgão responsável pela coisa controlada, no campo da sua própria estrutura. Para exemplificar, o controle que um superior hierárquico exerce sobre o seu subordinado, é considerado controle interno.</p> <p>Por outro lado, o controle finalístico se refere a força exercida pela administração direta em face das pessoas jurídicas que compõe a administração indireta, pois, trata de um controle que depende de lei que o estabeleça, que determine os meios de controle e as autoridades responsáveis pela a sua realização.</p> <p>Vista disso, não resta dúvida que a questão aborda os atos praticado pela administração (entidade) no seu ambiente interno, o que reflete diretamente nas atribuições desse tipo de controle. Assim, indefiro o pedido.</p>
29	OPE1	14245	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega que Estoque Físico é em parte vinculado ao Estoque virtual e cita que em determinadas situações podem apresentar problemas, o que procede. Diante disso, a alternativa “E”, responde ao enunciado da questão quando pede para assinalar a incorreta, pois não se pode considerar apenas o estoque virtual. Assim, se faz necessário que a empresa efetue as contagens físicas de seus itens de estoque e produtos em processo a fim de verificar discrepâncias por ventura existentes e proceder os devidos ajustes. (DIAS,2009). Portanto, indefiro o pedido de anulação.</p>
29	OPE3	14912	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega a existência de duas respostas corretas.</p> <p>Com relação a alternativa “D”, traz três métodos de avaliação de Estoques, que deve ser realizada em termos de preço, a fim de proporcionar uma avaliação financeira atualizada. Vale explicitar que a avaliação dos estoques inclui o valor das mercadorias e dos produtos em fabricação ou produtos acabados. De acordo com DIAS (2009), a avaliação dos estoques pode ser feita através de quatro métodos: Custo médio, PEPS, UEPS e Custo de Reposição. Diferente do Sistema de Controle de Estoques que considera quantidade, consumo, demanda, dimensionamento correto do estoque O mesmo autor menciona como sistemas de controle de estoques: Sistema Duas gavetas, Sistema dos Máximos – mínimos, Sistema das Revisões Periódicas, MRP e MRP II. Assim sendo, como o que se pede são sistemas de controle de estoques e não avaliação de estoques, só existe uma resposta correta. Pedido indeferido.</p>
30	OPE2	14549	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega existir duas alternativas erradas, a “B” e a “E”. Vejamos o que se pede: assinalar a alternativa incorreta a respeito de Inventário Físico. Conforme alegação do requerente a alternativa “B”, estaria incorreta por trazer uma informação, que seria a quantidade de itens na prateleira, trata-se, portanto, de uma informação acessória, que poderia ser retirada da frase sem que alterasse o sentido da mesma. Dessa forma, a alternativa está correta, pois não se trata aqui do tipo de armazenagem sim da necessidade da contagem física que a empresa precisa realizar de seus itens de estoque e produtos em</p>

					processo a fim de verificar discrepâncias por ventura existentes e proceder os devidos ajustes. DIAS (2009). Portanto, indefiro o pedido de anulação.
30	OPE3	10672	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente alega que o enunciado da questão cita que as autarquias são pessoas jurídicas da administração direta. Vejamos o que se pede: qual alternativa corresponde as características de autarquia? Assim sendo, a única alternativa que responde ao que se pede, é a alternativa "A" Segundo (PALUDO, 2013), as autarquias são pessoas jurídicas administrativas e correspondem a uma extensão da Administração direta, visto que prestam serviços públicos e executam atividades típicas do Estado de forma descentralizada. Às autarquias são atribuídas as principais características : criadas por lei específica; possuem personalidade jurídica própria de direito público, possuem patrimônio e receita próprios; possuem capacidade específica (restrita à sua área de atuação); possuem autonomia administrativa e financeira (mas não econômica); Gabarito mantido.
31	OPE3	14912	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente alega existir duas alternativas como resposta. Vejamos o que se pede: assinalar a alternativa incorreta a respeito de Inventário Físico. Conforme alegação do requerente a alternativa "C", estaria incorreta porquê do ponto de vista contábil o inventário físico não serve para fazer apuração do valor total do estoque (contábil), para efeito de balanço ou balancetes, entretanto a alternativa "C" diz o seguinte: Serve para fazer apuração do valor total do estoque (contábil) para efeito de balanço e balancetes . Dessa forma, a alternativa está correta. Segundo (DIAS, 2009), periodicamente a empresa deve fazer contagens físicas de seus itens em estoques e produtos em processo para verificar, entre outras, a discrepância entre registro (contábil) e o físico (quantidade) e serve para fazer apuração do valor total do estoque (contábil) para efeito de balanço e balancetes. Portanto, gabarito mantido.
32	OPE1	13545	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Com relação a alternativa "D", traz três métodos de avaliação de Estoques , que deve ser realizada em termos de preço, a fim de proporcionar uma avaliação financeira atualizada. Vale explicitar que a avaliação dos estoques inclui o valor das mercadorias e dos produtos em fabricação ou produtos acabados. De acordo com (DIAS, 2009), a avaliação dos estoques pode ser feita através de quatro métodos: Custo médio, PEPS, UEPS e Custo de Reposição. Diferente do Sistema de Controle de Estoques que considera quantidade, consumo, demanda, dimensionamento correto do estoque O mesmo autor menciona como sistemas de controle de estoques : Sistema Duas gavetas, Sistema dos Máximos – mínimos, Sistema das Revisões Periódicas, MRP e MRP II, assim sendo, como o que se pede são sistemas de controle de estoques e não avaliação de estoques, só existe uma resposta correta. Pedido indeferido.
		13356			
32	OPE3	15201	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	De acordo com (PALUDO, 2013), as autarquias são pessoas jurídicas administrativas e correspondem a uma extensão da Administração direta, visto que prestam serviços públicos e executam atividades típicas do Estado de forma descentralizada, assim sendo não há porque se anular a questão, quando a mesma pede para indicar os entes da Administração indireta, o que está elencado na alternativa "E".
33	OPE2	15390	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente alega ter mais de uma alternativa como resposta. Vejamos: com relação a alternativa "D", traz três métodos de avaliação de Estoques , que deve ser realizada em termos de preço, a fim de proporcionar uma avaliação financeira atualizada. Vale explicitar que a avaliação dos estoques inclui o

					valor das mercadorias e dos produtos em fabricação ou produtos acabados. De acordo com DIAS (2009), a avaliação dos estoques pode ser feita através de quatro métodos: Custo médio, PEPS, UEPS e Custo de Reposição. Diferente do Sistema de Controle de Estoques que considera quantidade, consumo, demanda, dimensionamento correto do estoque O mesmo autor menciona como sistemas de controle de estoques : Sistema Duas gavetas, Sistema dos Máximos – mínimos, Sistema das Revisões Periódicas, MRP e MRP II. Assim sendo, como o que se pede são sistemas de controle de estoques e não avaliação de estoques, só existe uma resposta correta. Pedido indeferido.
33	OPE3	14912	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Vejam os que se pede na questão: que seja respondido a classificação do controle da administração pública, quanto ao aspecto a ser monitorado . Assim sendo, de acordo com (PALUDO,2013), quanto ao aspecto a ser monitorado, o controle pode ser: de legalidade ou de mérito. Recurso indeferido. Gabarito mantido.
36	OPE1	10702	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	O recorrente solicita a alteração do gabarito “A” . Vejamos o que se pede: classificação do controle quanto ao aspecto a ser monitorado, nesse sentido (PALUDO,2013) assevera que quanto ao aspecto a ser monitorado, o controle pode ser: de legalidade ou de mérito. Assim sendo, fica mantido o gabarito.
		11936		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Vejam os que se pede na questão: classificação do controle quanto ao aspecto a ser monitorado, nesse sentido (PALUDO,2013) assevera que quanto ao aspecto a ser monitorado, o controle pode ser: de legalidade ou de mérito. Gabarito mantido.
		13067		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente alega existir mais de uma alternativa correta. Vejamos o que se pede: classificação do controle quanto ao aspecto a ser monitorado. Segundo (PALUDO, 2013), quanto ao aspecto a ser monitorado, o controle pode ser: de legalidade ou de mérito. Assim sendo, indefiro o pedido. Gabarito mantido.
36	OPE3	14239	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente alega que a questão em comento apresenta duas respostas, afirmando que controle interno e finalístico são correlatos. Diante disso, passamos a análise dos fatos.
		15960			Preliminarmente vale ressaltar no campo da administração pública é comumente se utilizar a palavra controle, muito utilizado também pelo professor Hely Lopes Meirelles que afirma que controle “é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro”. Assim, a classificação das formas de controle se dará conforme a sua origem, o momento do exercício, aspecto controlado e à amplitude. Para o caso concreto, vamos nos ater na definição dos tipos de controle elencado na peça: Considerando a origem, controle interno, é exercido pela entidade ou órgão responsável pela coisa controlada, no campo da sua própria estrutura. Para exemplificar, o controle que um superior hierárquico exerce sobre o seu subordinado, é considerado controle interno. Por outro lado, o controle finalístico se refere a força exercida pela administração direta em face das pessoas jurídicas que compõe a administração indireta, pois, trata de um controle que
		15823			
		11408			

		13485			depende de lei que o estabeleça, que determine os meios de controle e as autoridades responsáveis pela a sua realização. Vista disso, não resta dúvida que a questão aborda os atos praticado pela administração (entidade) no seu ambiente interno, o que reflete diretamente nas atribuições desse tipo de controle. Assim, indefiro o pedido.
37	OPE2	16822	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente faz referência ao Controle quanto ao momento em que se efetua. Quanto ao momento, o controle pode ser: prévio, concomitante ou subsequente. Ocorre que o que se pede no enunciado da questão é o Controle quanto ao aspecto a ser monitorado , que pode ser: de legalidade ou de mérito. (PALUDO,2013). Gabarito mantido.
38	OPE3	11464	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente alega existir mais de uma alternativa como resposta. A alegação é improcedente, pois a única alternativa que está incorreta se dá em função da definição dos bens públicos dominicais. Segundo, (Spitzcovsky,2004), os bens dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público e são objeto de direito pessoal , ou real, de cada uma dessas entidades. Portanto, recurso negado.
		15868			O recorrente alega existir mais de uma alternativa como resposta. A alegação é improcedente, pois a única alternativa que está incorreta se dá em função da definição dos bens públicos dominicais. Segundo, (Spitzcovsky,2004), os bens dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público e são objeto de direito pessoal , ou real, de cada uma dessas entidades. Quanto aos bens públicos de uso socializado e não exclusão ao cidadão, as questões estão corretas, uma vez que não está expresso que todos os bens públicos e sim que bem público o uso é socializado. Recurso negado.
41	OPE1	-	-	-	QUESTÃO ANULADA PROVA OPE1 O recorrente cita que no Edital não fala sobre Qualidade no Atendimento ao Público. Muito embora a qualidade não seja restrita ao atendimento na administração privada, entretanto como a questão aborda o ano em que a Qualidade foi incorporada na Administração Pública, somos pelo deferimento do recurso, haja vista que a questão trata especificamente da Administração Pública e o Edital trata apenas da Qualidade no Atendimento ao público. Questão anulada.
42	OPE2	16822	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA OPE2 O recorrente cita que no Edital não fala sobre Qualidade no Atendimento ao Público. Muito embora a qualidade não seja restrita ao atendimento na administração privada, entretanto como a questão aborda o ano em que a Qualidade foi incorporada na Administração Pública, somos pelo deferimento do recurso, haja vista que a questão trata especificamente da Administração Pública e o Edital trata apenas da Qualidade no Atendimento ao público. Questão anulada.

44	OPE1	11402	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega que a palavra empresa direciona a questão mais de verdadeiro ou falso. Ao analisar o mérito, embora a legislação não faça nenhuma menção a palavra empresa, porém ao se utilizar o termo não gera prejuízo no conjunto da questão, pois a palavra “empresa” se refere a pessoa jurídica de direito privado ou público. Como a própria definição de autarquia nos remete a esse entendimento, haja visto, o texto utilizado como base para a solução da questão deixa muito claro que se trata da criação de uma autarquia.</p> <p>Questão 4 - Considerando que foi constituído uma empresa na forma de serviço autônomo, criado por Lei com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.</p> <p>Diante do exposto indefiro o pedido.</p>
44	OPE2	16822	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O Candidato interpôs recurso alegando que apesar de estar escrito em outras palavras, o conteúdo é o mesmo das alternativas A e D.</p> <p>Nesse diapasão a alínea d, inciso XIV do Decreto Federal nº 1.171/1994, fica evidente que a alternativa D trata de prestação de contas e não de prestação de serviço.</p> <p>d) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.</p> <p>Portanto, indefiro o pedido de anulação.</p>
46	OPE1	13460	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega que a questão não deixou claro que a resposta deveria ser EXPLÍCITA E DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 (como fez em outras questões), abrindo margem para mais de uma interpretação e tornando possível marcar mais de uma alternativa correta: B e E.</p> <p>Vale salientar que o comando da questão solicita que o candidato marque o item que estabeleça cláusula necessária em todo contrato administrativo.</p> <p>Vejamos o comando da questão: Os contratos devem normatizar toda e qualquer condições de forma clara para a sua execução, indicada em clausulas os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes.</p> <p>Marque o item que estabeleça cláusula necessária em todo contrato administrativo.</p> <p>O inciso II do art. 55 da Lei nº 8.666/93, versa que no contrato administrativo deve conter na cláusula contratual o regime de execução ou a forma de fornecimento, fato que ficou evidente no item “B” da questão.</p> <p>O item “E”, versa somente sobre a responsabilidade do CONTRATADO, contrariando assim o estabelecido no VII, art. 55 da Lei nº 8.666/93. (Grifo nosso).</p> <p>Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:</p> <p>VII - os direitos e as responsabilidades das PARTES, as penalidades cabíveis e os valores das multas (grifo nosso).</p> <p>Como não podemos olvidar, o item “E”, está incorreto em razão de se abordar somente a responsabilidade do contratado, haja vista que deve ser responsabilidade das partes e não somente do contratado.</p>
		14030			
		10702			
		15317			
		15560			
		13545			
		12552			
		15589			
		14245			

					Diante do exposto, não prospera o referido recurso, assim, indefiro.
47	OPE2	15810	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega que a questão possui mais de uma alternativa correta. Vale salientar que o comando da questão solicita que o candidato marque o item que estabeleça cláusula necessária em todo contrato administrativo.</p> <p>Vejamos o comando da questão: Os contratos devem normatizar toda e qualquer condições de forma clara para a sua execução, indicada em clausulas os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes.</p> <p>Marque o item que estabeleça cláusula necessária em todo contrato administrativo.</p> <p>O inciso II do art. 55 da Lei nº 8.666/93, versa que no contrato administrativo deve conter na cláusula contratual o regime de execução ou a forma de fornecimento, fato que ficou evidente no item “B” da questão.</p> <p>O item “E”, versa somente sobre a responsabilidade do CONTRATADO, contrariando assim o estabelecido no VII, art. 55 da Lei nº 8.666/93. (Grifo nosso).</p> <p>Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: VII - os direitos e as responsabilidades das PARTES, as penalidades cabíveis e os valores das multas (grifo nosso).</p> <p>Como não podemos olvidar, o item “E”, está incorreto em razão de se abordar somente a responsabilidade do contratado, haja vista que deve ser responsabilidade das partes e não somente do contratado.</p> <p>Diante de todo o exposto, não prospera o referido recurso, assim, indefiro.</p>
		14051			
		14578			
47	OPE3	14912	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Vale ressaltar que o enunciado da questão pede que seja identificado a forma da constituição da empresa. QUESTÃO 20 Considerando que foi constituído uma empresa na forma de serviço autônomo, criado por Lei com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. Com base no texto acima, a constituição da empresa trata da criação de uma autarquia: Para corroborar, Chiavenato (p. 451, 2012), afirma que as autarquias são criadas por lei com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividade típica da Administração Pública. Assim, o termo empresa não gera dúvida, haja vista que trata de um conjunto de indivíduo que tomam decisões em uma instituição que visa obter lucro.</p> <p>Logo, a afirmativa está correta, sendo assim, indefiro o pedido.</p>
		17805			
		16061			
48	OPE3	11464	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente alega que de acordo com o comando da questão, pede-se que seja assinalada o item que estabelece cláusula necessária em todo contrato administrativo. Como a questão não explicitou que a

		14239			<p>resposta deveria ser DE ACORDO COM A LEI 8.666 (como fez em outras questões), abriu margem para mais de uma interpretação e é possível marcar mais de uma alternativa correta: B e E.</p> <p>Vale salientar que o comando da questão solicita que o candidato marque o item que estabeleça cláusula necessária em todo contrato administrativo.</p> <p>Vejamos o comando da questão: Os contratos devem normatizar toda e qualquer condições de forma clara para a sua execução, indicada em clausulas os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes. Marque o item que estabeleça cláusula necessária em todo contrato administrativo.</p> <p>O inciso II do art. 55 da Lei nº 8.666/93, versa que no contrato administrativo deve conter na cláusula contratual o regime de execução ou a forma de fornecimento, fato que ficou evidente no item “B” da questão. O item “E”, versa somente sobre a responsabilidade do CONTRATADO, contrariando assim o estabelecido no VII, art. 55 da Lei nº 8.666/93. (grifo nosso).</p> <p>Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:</p> <p>VII - os direitos e as responsabilidades das PARTES, as penalidades cabíveis e os valores das multas (grifo nosso).</p> <p>Como não podemos olvidar, o item “E”, está incorreto em razão de se abordar somente a responsabilidade do contratado, haja vista que deve ser responsabilidade das partes e não somente do contratado. Diante de todo o exposto, não prospera o referido recurso, assim, indefiro.</p>
		14912			
		15823			
		10413			
		13485			
		16061			
		11408			
49	OPE1	14030	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Considerando o argumento do candidato e com base nas afirmações dos autores Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (p. 73, 2013), percebe-se uma clara diferença de colocação ao tratar a forma da criação da Sociedade de Economia Mista defendida por Idalberto Chiavenato e esses autores. Para Chiavenato (p. 451, 2012), sociedade de economia mista – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou entidade da administração indireta.</p> <p>Logo, fica evidente que a Palavra “autorização” e “criada” por lei apresentam interpretação similares, pois se autorizar por lei, passa ser dever do legislativo criar-se uma lei específica para tal finalidade. Dessa forma, não vejo motivo para a anulação da questão, sendo assim indefiro o recurso.</p>
50	OPE3	15201	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Vale ressaltar que o enunciado da questão pede que seja identificado a forma da constituição da empresa. Para Chiavenato (p. 451, 2012), afirma que as autarquias são criadas por lei com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividade típica da Administração Pública. Assim, avalio que não restou dúvidas quanto ao enunciado da questão. Vale ressaltar que a questão em comento, em seu comando não solicita fazer qualquer relação com outra questão.</p> <p>Logo, a afirmativa está correta, sendo assim, indefiro o pedido.</p>
51	OPE2	14578	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega que vai existir situações em que o atendente vai resolver apenas parcialmente. Vejamos o que se pede na questão, assinalar a alternativa que não corresponde as atitudes ativas que conduzem ao atendimento de excelência. Vale ressaltar que o atendimento precisa integral no momento em que existe a demanda. Com relação ao atendimento, dentro de sua competência, ao atendente cabe ter disposição para realizar integralmente o que lhe for solicitado, independentemente do tipo de problema.</p>

					Sérgio Almeida (2001), indica as atitudes ativas que conduzem ao atendimento de excelência, dentre elas a disposição: ir ao encontro do cidadão e resolver o problema como se fosse seu e comprometer-se com a solução adequada para o caso. Assim, sendo o gabarito está correto.
51	OPE3	16545	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O recorrente alega em sua peça que no enunciado da questão ressalta uma entidade jurídica de direito privado CRIADA por lei. Com esse mesmo entendimento, Chiavenato (p.451, 2012) corrobora, sociedade de economia mista – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou entidade da administração indireta. Assim, a questão fica indeferida.
		14006			A recorrente alega que houve um equívoco na questão ao se afirmar que com o entendimento atrapalhado e, consequentemente, trazendo o erro. Onde se diz: "...de direito privado, CRIADA POR LEI...", esta informação está errada, pois as Sociedades de economia mista são autorizadas por lei, sendo assim, lesando o candidato a errar a questão por um equívoco na hora da formulação. Em análise, verifica-se, o fato da entidade ser autorizada por lei, logo implica o legislativo criar uma lei para que aquela sociedade de economia mista entre em operação. Para corroborar, Chiavenato (p.451, 2012) ressalta que sociedade de economia mista – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou entidade da administração indireta. Considerando o fato narrado e com base do ilustríssimo Idalberto Chiavenato, a questão fica indeferida.
55	OPE3	10413	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Em análise do recurso e das alternativas apontada (A e D), verifica uma ampla diferença entre as alternativas. Questão inicia estabelecendo que os serviços públicos, são aqueles prestados diretamente à comunidade pela Administração, depois de definida a sua essencialidade e necessidade. Dessa forma, pode ser afirmado que o Serviço Público está atrelado a atender as necessidades coletivas. Por fim pede: Diante do contexto, aponte a assertiva que corresponde ao Serviço Público essencial. O item "A", deixa claro que os serviços públicos essenciais são aqueles serviços ou atividades indispensáveis a sobrevivência do ser humano. Para corroborar, Kamile Borcath Jucoski (2006) em seu artigo público no site https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2699/Os-servicos-publicos , ressalta entre todos os serviços prestados pela Administração Pública, aquele mais importante é o chamado serviço público essencial, que são aqueles serviços ou atividades indispensáveis a sobrevivência do ser humano. Estão eles dispostos no artigo 10 da Lei 7783/89: Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais: I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; II - assistência médica e hospitalar; III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; IV - funerários;

					<p>V - transporte coletivo; VI - captação e tratamento de esgoto e lixo; VII - telecomunicações; VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais; X - controle de tráfego aéreo; XI - compensação bancária. A alternativa evidência exatamente de forma ampla os serviços essenciais a sobrevivência do ser humano e não fazendo qualquer menção ao serviço público que a administração pode prestar. A alternativa “D”, se refere aos serviços essenciais para os indivíduos que estão no ambiente da administração (instituição), contrariando assim o comando da questão. Vista disso, indefiro a questão.</p>
57	OPE2	14051	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O recorrente alega a existência de duas alternativas corretas. Assim vejamos, a questão em comento trata de relação entre pessoas no ambiente de trabalho, logo vem o entendimento, onde se tem duas ou mais pessoas, surge a relação interpessoal de fundamental importância para um ambiente de trabalho saudável. Para corroborar, Roberto Marques (2018), em seu artigo no site https://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/treinamento-relacionamento-interpessoal/, evidencia que: Relacionamento interpessoal é a conexão feita por duas ou mais pessoas de um mesmo círculo. Ele tem muito a ver com a maneira como tratamos e nos relacionamos com os outros e a qualidade dessas relações. No núcleo profissional, trata-se da forma como nos relacionamos com os colegas de trabalho. Assim, indefiro o recurso, pois fica claro que a alternativa está correta, haja vista que trata de interação feita por duas ou mais pessoas do mesmo ciclo.</p>
58	OPE3	15823	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>A questão em comento trata de relação entre pessoas no ambiente de trabalho, logo vem o entendimento, onde se tem duas ou mais pessoas, surge a relação interpessoal de fundamental importância para um ambiente de trabalho saudável. Para corroborar, Roberto Marques (2018), em seu artigo no site https://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/treinamento-relacionamento-interpessoal/, evidencia que: Relacionamento interpessoal é a conexão feita por duas ou mais pessoas de um mesmo círculo. Ele tem muito a ver com a maneira como tratamos e nos relacionamos com os outros e a qualidade dessas relações. No núcleo profissional, trata-se da forma como nos relacionamos com os colegas de trabalho. Assim, indefiro o recurso, pois fica claro que a alternativa está correta, haja vista que trata de interação feita por duas ou mais pessoas do mesmo ciclo.</p>

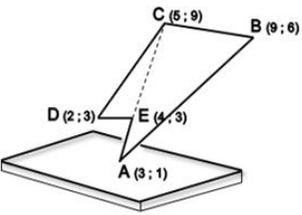
CONHECIMENTOS COMUNS - NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
01	ADV1	12185	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>QUESTÃO ANULADA PARA AS PROVAS ADV1/FAR1/ANA1/ADM1</p> <p>Tendo observado a devida colocação do sinal indicativo de crase na referida questão, a presente banca constatou o equívoco de interpretar o uso de tal sinal gráfico como uma “junção da preposição obrigatória do termo subordinante com os artigos femininos exigidos pelos termos dependentes”, visto que o uso desse se dá por se tratarem de locuções adverbiais formadas por substantivos femininos e em nada tem a ver com o verbo <i>ter</i>, que é transitivo direto e seu complemento, de fato, não requer preposição. Desta forma, não se evidencia uma alternativa correta, sendo, portanto, aceito o referido recurso quanto a anulação da questão.</p>
	FAR1	14380			
02	ADV2	10855	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>QUESTÃO ANULADA PARA AS PROVAS ADV2/FAR2/ANA2/ADM2</p> <p>Diante das diversas discussões a respeito da questão em análise, a qual a própria banca considerou possível duas possibilidades de respostas (vide gabarito preliminar e gabarito definitivo), esta decide, por meio deste parecer, pela ANULAÇÃO de tal questão. Admitiu-se esta decisão após análises em conjunto com outros profissionais pós-graduados em letras e subseqüentes elucidações teóricas aprofundadas, que foram requeridas diante dos diferentes embasamentos apresentados por alguns recursos em a relação à referida questão.</p>
	ANA2	14460			
		14538	DEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>A banca entende que o morfema <i>foto</i> em <i>fotomontagens</i> é de fato oriundo de <i>fotografia</i> (o que acarretaria um caso de composição por justaposição), no entanto, verifica-se que há um processo metonímico atrelado ao morfema <i>foto</i> que faz com que este tenha significado equivalente ao de <i>fotografia</i>, não sendo apenas um elemento de composição oriundo do grego <i>phôs</i>, havendo, portanto, duas possibilidades de interpretação e, conseqüentemente, duas alternativas a serem marcadas – alternativa B e alternativa D. A banca também acata a possibilidade da palavra <i>fotomontagens</i> ser, ainda, formada pelo processo de recomposição, uma vez que <i>foto</i> pode ser interpretada como um pseudoprefixo, o que, sob esse aspecto, faz com que a questão não possua uma resposta correta entre as cinco a se assinalar.</p>
	ADM2 FAR2	-	-	-	

					É sabido que nossa língua possui várias análises possíveis acerca de um mesmo ponto e que a mesma está em constante processo de transformação, havendo discordância até mesmo entre as principais referências da gramática normativa. Levando-se isso em conta e para que não haja maiores prejudicados ao se sustentar um único modo de assimilação de um fenômeno linguístico tão delicado, reforça-se a nulidade da questão.
02	ANA3 ADV3 FAR3 ADM3	-	-	-	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PARA AS PROVAS ADV3/FAR3/ANA3/ADM3</p> <p>Tendo observado a devida colocação do sinal indicativo de crase na referida questão, a presente banca constatou o equívoco de interpretar o uso de tal sinal gráfico como uma “junção da preposição obrigatória do termo subordinante com os artigos femininos exigidos pelos termos dependentes”, visto que o uso desse se dá por se tratarem de locuções adverbiais formadas por substantivos femininos e em nada tem a ver com o verbo <i>ter</i>, que é transitivo direto e seu complemento, de fato, não requer preposição. Desta forma, não se evidencia uma alternativa correta, sendo, portanto, aceito o referido recurso quanto a anulação da questão.</p>
03	ANA3 ADV3 FAR3 ADM3	-	-	-	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PARA AS PROVAS ADV3/FAR3/ANA3/ADM3</p> <p>Diante das diversas discussões a respeito da questão em análise, a qual a própria banca considerou possível duas possibilidades de respostas (vide gabarito preliminar e gabarito definitivo), esta decide, por meio deste parecer, pela ANULAÇÃO de tal questão. Admitiu-se esta decisão após análises em conjunto com outros profissionais pós-graduados em letras e subseqüentes elucidações teóricas aprofundadas, que foram requeridas diante dos diferentes embasamentos apresentados por alguns recursos em a relação à referida questão.</p> <p>A banca entende que o morfema <i>foto</i> em <i>fotomontagens</i> é de fato oriundo de <i>fotografia</i> (o que acarretaria um caso de composição por justaposição), no entanto, verifica-se que há um processo metonímico atrelado ao morfema <i>foto</i> que faz com que este tenha significado equivalente ao de <i>fotografia</i>, não sendo apenas um elemento de composição oriundo do grego <i>phôs</i>, havendo, portanto, duas possibilidades de interpretação e, conseqüentemente, duas alternativas a serem marcadas – alternativa B e alternativa D. A banca também acata a possibilidade da palavra <i>fotomontagens</i> ser, ainda, formada pelo processo de recomposição, uma vez que <i>foto</i> pode ser interpretada como um pseudoprefixo, o que, sob esse aspecto, faz com que a questão não possua uma resposta correta entre as cinco a se assinalar.</p> <p>É sabido que nossa língua possui várias análises possíveis acerca de um mesmo ponto e que a mesma está em constante processo de transformação, havendo discordância até mesmo entre as principais referências da gramática normativa. Levando-se isso em conta e para que não haja maiores prejudicados ao se sustentar um único modo de assimilação de um fenômeno linguístico tão delicado, reforça-se a nulidade da questão.</p>

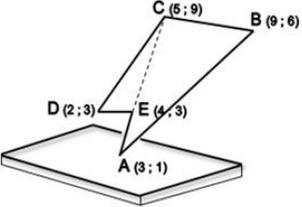
05	ANA1 ADV1 FAR1 ADM1	-	-	-	<p>QUESTÃO ANULADA PARA AS PROVAS ADV1/FAR1/ANA1/ADM1</p> <p>Diante das diversas discussões a respeito da questão em análise, a qual a própria banca considerou possível duas possibilidades de respostas (vide gabarito preliminar e gabarito definitivo), esta decide, por meio deste parecer, pela ANULAÇÃO de tal questão. Admitiu-se esta decisão após análises em conjunto com outros profissionais pós-graduados em letras e subseqüentes elucidações teóricas aprofundadas, que foram requeridas diante dos diferentes embasamentos apresentados por alguns recursos em a relação à referida questão.</p> <p>A banca entende que o morfema <i>foto</i> em <i>fotomontagens</i> é de fato oriundo de <i>fotografia</i> (o que acarretaria um caso de composição por justaposição), no entanto, verifica-se que há um processo metonímico atrelado ao morfema <i>foto</i> que faz com que este tenha significado equivalente ao de <i>fotografia</i>, não sendo apenas um elemento de composição oriundo do grego <i>phôs</i>, havendo, portanto, duas possibilidades de interpretação e, conseqüentemente, duas alternativas a serem marcadas – alternativa B e alternativa D. A banca também acata a possibilidade da palavra <i>fotomontagens</i> ser, ainda, formada pelo processo de recomposição, uma vez que <i>foto</i> pode ser interpretada como um pseudoprefixo, o que, sob esse aspecto, faz com que a questão não possua uma resposta correta entre as cinco a se assinalar.</p> <p>É sabido que nossa língua possui várias análises possíveis acerca de um mesmo ponto e que a mesma está em constante processo de transformação, havendo discordância até mesmo entre as principais referências da gramática normativa. Levando-se isso em conta e para que não haja maiores prejuízos ao se sustentar um único modo de assimilação de um fenômeno linguístico tão delicado, reforça-se a nulidade da questão.</p>
05	ANA2	13470	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>QUESTÃO ANULADA NAS PROVA ADV2/FAR2/ANA2/ADM2</p> <p>Tendo observado a devida colocação do sinal indicativo de crase na referida questão, a presente banca constatou o equívoco de interpretar o uso de tal sinal gráfico como uma “junção da preposição obrigatória do termo subordinante com os artigos femininos exigidos pelos termos dependentes”, visto que o uso desse se dá por se tratarem de locuções adverbiais formadas por substantivos femininos e em nada tem a ver com o verbo <i>ter</i>, que é transitivo direto e seu complemento, de fato, não requer preposição. Desta forma, não se evidencia uma alternativa correta, sendo, portanto, aceito o referido recurso quanto a anulação da questão.</p>
	ADM2 FAR2 ADV2	-	-	-	
07	ANA3	17021	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>O enunciado da questão diz “Semanticamente, a palavra diligências, vista no quarto parágrafo, admite mais de um significado e, portanto, pode possuir vários sentidos. <u>Além do significado empregado no texto</u>, qual outro poderia ser atribuído a tal palavra?”. Interpretando-se tal enunciado e analisando as opções de resposta, é possível verificar que entre as alternativas a se assinalar, a única que possui sinonímia com a palavra <i>diligências</i> e que não possui o significado que está no texto – que de fato é <i>carruagens</i> – é a palavra <i>cuidados</i>.</p>

08	ANA2	13470	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A ausência de acentuação da palavra mensurada em questão obedece justamente às regras de acentuação dos hiatos, sobretudo, a que diz que “não se coloca acento circunflexo na primeira vogal dos hiatos oo e ee” (CEGALLA, 2008) que o candidato inclusive ilustrou no presente recurso. Deste modo, não se sustentam os argumentos para a anulação de tal questão.
09	ANA2	17858	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A interpretação do texto permite afirmar o que consta no item A, basta observar o que o autor diz em “Alastram-se, mundo afora, os temores pela crescente agressão que usuários das redes sociais vêm praticando contra as pessoas, <u>na maioria das vezes pela via do anonimato</u> ou acobertados na improcedência das fontes autoras”. Como a questão pede para que se assinale a alternativa que consta uma informação trazida pelo texto, logo, tem-se como única alternativa correta a de letra B, visto que o autor do texto não coloca os prejuízos causados por crimes virtuais no mesmo patamar, pois, segundo ele “os prejuízos materiais causados pelo uso deformado dos equipamentos não se comparam aos danos provocados ao consagrado direito da privacidade alheia”.
10	FAR1	12798	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	É sabido que “Advérbio é uma palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio” (CEGALLA, 2008, p. 259) e, neste caso, a palavra <i>como</i> aqui se dá justamente como um advérbio de modo que modifica o verbo <i>surgir</i> , acrescentando uma circunstância à ação exercida por tal verbo que acompanha o substantivo <i>Estados Unidos</i> .
10	ADV2	14982	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	A alternativa está incorreta, pois, mesmo que carruagens seja significado de <i>diligências</i> , este é o mesmo sentido empregado no texto, e a questão destaca “além do significado empregado no texto”.

MATEMÁTICA					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
11	ADV1	12185	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	

	FAR1	14253			<p>Para encontrarmos a área de uma figura triangular no plano cartesiano, por meio de pontos, devemos usar a fórmula $s = i \cdot d / 2$.</p> <p>Observe que temos dois triângulos na figura, como ilustrado acima.</p> <p>Deve-se primeiramente achar a área do triângulo abc. $S(abc) = 38 / 2 = 19$ depois deve-se encontrar a área do triângulo cde. $S(cde) = 12 / 2 = 6$ somando a área dos dois triângulos, temos a área total da escultura. $S_{TOTAL} = s(abc) + s(cde) = 19 + 6 = 25$.</p> <p>A questão faz referência ao m^2 do vidro e por isso deve-se considerar a área da escultura como $25 m^2$. Em seguida, é necessário multiplicarmos a área $S_{TOTAL} \times 1 m^2$ do vidro. $25 \times 25 = 625$.</p> <p>Isso indica que o custo da escultura de vidro foi de R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais). Considerando que devemos encontrar o valor referente aos 50% que o artista deve lucrar, teremos: 50% de 625 = 312,5.</p> <p>Logo, somando R\$ 625,00 + R\$ 312,50 = R\$ 937,50 (novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)</p> <p>Qualquer outra unidade de medida de distância que fosse feito tal cálculo, não se teria alternativa de resposta na questão.</p>
		14380			
12	ADV1	12185	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO/ ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Esta figura se trata de um tronco de cone. Temos: Como diâmetro do círculo maior = 12 cm Como diâmetro do círculo menor = 4 cm Altura da coqueteleira = 25 cm</p> <p>Devemos, portanto, usar a fórmula $V = \frac{\pi \cdot H \cdot (R^2 + Rr + r^2)}{3}$ para calcular o volume do tronco de cone.</p> <p>Fazendo isso, teremos: o volume (v) = 1360,67 cm³ Transformando esta unidade de medida de cm³ (centímetro cúbico) para l (litro) teremos: v = 1,36 l.</p> <p>Sendo assim, Não poderia ser a alternativa (A), pois $3 \times 1,36 = 4,08 l$. Não poderia ser a alternativa (B), pois $5 \times 1,36 = 6,80 l$. Só poderia ser a alternativa (C), pois $4 \times 1,36 = 5,44 l$.</p>

					<p>Quanto à figura, torna-se irrelevante a escala de dimensões reais, uma vez que não seria possível dispor uma figura de 25 cm de comprimento, por exemplo, em uma prova.</p> <p>Quanto à dimensão registrada no círculo menor (4 cm), é nítido que não se trata do raio, pois está centralizado. E o tracejado que indica o diâmetro não seria necessário, já que a linha do chão está indicada na figura e o sobreporia.</p>
13	ADV3	13478	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Observe o cálculo correto.</p> <p>Esta figura se trata de um tronco de cone.</p> <p>Temos:</p> <p>Como diâmetro do círculo maior = 12 cm</p> <p>Como diâmetro do círculo menor = 4 cm</p> <p>Altura da coqueteleira = 25 cm</p> <p>Devemos, portanto, usar a fórmula $V = \frac{\pi \cdot H \cdot (R^2 + Rr + r^2)}{3}$ para calcular o volume do tronco de cone.</p> <p>Fazendo isso, teremos: o volume (v) = 1360,67 cm³</p> <p>Transformando esta unidade de medida de cm³ (centímetro cúbico) para l (litro) teremos: v = 1,36 l.</p> <p>Sendo assim,</p> <p>Não poderia ser a alternativa (A), pois $3 \times 1,36 = 4,08$ l.</p> <p>Não poderia ser a alternativa (B), pois $5 \times 1,36 = 6,80$ l</p> <p>Só poderia ser a alternativa (C), pois $4 \times 1,36 = 5,44$ l</p> <p>Quanto à figura, torna-se irrelevante a escala de dimensões reais, uma vez que não seria possível dispor uma figura de 25 cm de comprimento, por exemplo, em uma prova.</p> <p>Quanto à dimensão registrada no círculo menor (4 cm), é nítido que não se trata do raio, pois está centralizado. E o tracejado que indica o diâmetro não seria necessário, já que a linha do chão está indicada na figura e o sobreporia.</p>
14	ANA2	14538	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>Observe o cálculo correto.</p> <p>Esta figura se trata de um tronco de cone.</p> <p>Temos:</p> <p>Como diâmetro do círculo maior = 12 cm</p> <p>Como diâmetro do círculo menor = 4 cm</p> <p>Altura da coqueteleira = 25 cm</p> <p>Devemos, portanto, usar a fórmula $V = \frac{\pi \cdot H \cdot (R^2 + Rr + r^2)}{3}$ para calcular o volume do tronco de cone.</p> <p>Fazendo isso, teremos: o volume (v) = 1360,67 cm³</p> <p>Transformando esta unidade de medida de cm³ (centímetro cúbico) para l (litro) teremos: v = 1,36 l.</p>

					<p>Sendo assim, Não poderia ser a alternativa (A), pois $3 \times 1,36 = 4,08$ l. Não poderia ser a alternativa (B), pois $5 \times 1,36 = 6,80$ l Só poderia ser a alternativa (C), pois $4 \times 1,36 = 5,44$ l</p> <p>Quanto à figura, torna-se irrelevante a escala de dimensões reais, uma vez que não seria possível dispor uma figura de 25 cm de comprimento, por exemplo, em uma prova. Quanto à dimensão registrada no círculo menor (4 cm), é nítido que não se trata do raio, pois está centralizado. E o tracejado que indica o diâmetro não seria necessário, já que a linha do chão está indicada na figura e o sobreporia.</p>
14	ADV3	13478	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Na referida questão, a palavra (MAMAE) e o tipo de letra (MAIÚSCULA) já estavam determinadas. A possibilidade de serem maiúsculas ou minúsculas foi definida anteriormente à escolha da palavra, por isso, o cálculo deveria ser efetuado de acordo com a palavra dada, em todos os seus sentidos, neste caso, MAIÚSCULA.</p>
15	ADV2	10855	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	 <p>Para encontrarmos a área de uma figura triangular no plano cartesiano, por meio de pontos, devemos usar a fórmula $s = i d i / 2$.</p> <p>Observe que temos dois triângulos na figura, como ilustrado acima.</p> <p>Deve-se primeiramente achar a área do triângulo ABC. $S(ABC) = 38 / 2 = 19$</p> <p>Depois deve-se encontrar a área do triângulo CDE.</p>

	FAR2	14326			<p>$S(CDE) = 12 / 2 = 6$</p> <p>Somando a área dos dois triângulos, temos a área total da escultura. $S_{TOTAL} = S(ABC) + S(CDE) = 19 + 6 = 25.$</p> <p>A questão faz referência ao m^2 do vidro e por isso deve-se considerar a área da escultura como $25 m^2$. Em seguida, é necessário multiplicarmos a área $S_{TOTAL} \times 1m^2$ do vidro. $25 \times 25 = 625.$</p> <p>Isso indica que o custo da escultura de vidro foi de R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais). Considerando que devemos encontrar o valor referente aos 50% que o artista deve lucrar, teremos: 50% de $625 = 312,5.$</p> <p>Logo, somando R\$ 625,00 + R\$ 312,50 = R\$ 937,50 (novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)</p> <p>Qualquer outra unidade de medida de distância que fosse feito tal cálculo, não se teria alternativa de resposta na questão.</p>
--	------	-------	--	--	--

NOÇÕES DE INFORMÁTICA					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
16	FAR3 ADV3 ADM3 ANA3	-	-	-	<p>QUESTÃO ANULADA NAS PROVAS ADV3/FAR3/ANA3/ADM3</p> <p>O candidato está correto, o navegador Edge foi projetado para o Windows 10.</p>
17	FAR3	16663	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>QUESTÃO ANULADA NAS PROVAS ADV3/FAR3/ANA3/ADM3</p> <p>O Outlook é um aplicativo que faz parte do pacote office independentemente da versão, suas combinações de tecla de atalho para seus recursos são a mesma, porém tomou-se como referência a versão 2013, portanto, a questão encontra-se fora do conteúdo.</p>
18	FAR1 ADV1 ADM1 ANA1	-	-	-	<p>QUESTÃO ANULADA NAS PROVAS ADV1/FAR1/ANA1/ADM1</p> <p>O Outlook é um aplicativo que faz parte do pacote office independentemente da versão, suas combinações de tecla de atalho para seus recursos são a mesma, porém tomou-se como referência a versão 2013, portanto, a questão encontra-se fora do conteúdo.</p>
18	FAR2 ADV2	-	-	-	<p>QUESTÃO ANULADA NAS PROVAS ADV2/FAR2/ANA2/ADM2</p>

	ADM2 ANA2				O candidato está correto, o navegador Edge foi projetado para o Windows 10.
19	ADV1	10054	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA NAS PROVAS ADV1/FAR1/ANA1/ADM1 O candidato está correto, o navegador Edge foi projetado para o Windows 10.
20	ANA2	11516	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA NAS PROVAS ADV2/FAR2/ANA2/ADM2 O Outlook é um aplicativo que faz parte do pacote office independentemente da versão, suas combinações de tecla de atalho para seus recursos são a mesma, porém tomou-se como referência a versão 2013, portanto, a questão encontra-se fora do conteúdo.
		14538			

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NÍVEL SUPERIOR

ANALISTA ADMINISTRADOR					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
31	ADM3	17021	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>Transcrevo a respectiva questão: O conflito é algo inerente a vida em sociedade e acontece sempre que existam interesses, ideias, sentimentos ou atitudes que sejam antagônicos, isso é estudado pela gestão de conflitos. Marque a alternativa correta sobre a causa de conflitos substantivos.</p> <p>(A) Raiva. (B) Medo. (C) Antipatia. (D) Metas. (E) Vingança</p> <p>Para fundamentar o recurso coloco aqui o conceito de conflito emocionais e o conceito de conflito substantivos. Conflito emocionais: São baseados em sentimentos de raiva, medo, antipatia etc.. Conflito substantivos: São derivados de desentendimentos sobre metas, objetivos, recursos, políticas e etc...</p> <p>Sendo assim as alternativas acima A, B, C e E se constituem conflitos emocionais, tendo como unia alternativa correta a letra C.</p> <p>Referencia</p>

					Livro: Rennó, Rodrigo. Administração geral para concursos: Teoria e mais de 800 questões. 2º Edição. Rio de Janeiro. Método, 2015
34	ADM 2	17858	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Transcrevo a respectiva questão: O conflito é algo inerente a vida em sociedade e acontece sempre que existam interesses, ideias, sentimentos ou atitudes que sejam antagônicos, isso é estudado pela gestão de conflitos. Marque a alternativa correta sobre a causa de conflitos substantivos.</p> <p>(A) Raiva. (B) Medo. (C) Antipatia. (D) Metas. (E) Vingança</p> <p>Para fundamentar o recurso coloco aqui o conceito de conflito emocionais e o conceito de conflito substantivos. Conflito emocionais: São baseados em sentimentos de raiva, medo, antipatia etc.. Conflito substantivos: São derivados de desentendimentos sobre metas, objetivos, recursos, políticas e etc...</p> <p>Sendo assim as alternativas acima A, B, C e E se constituem conflitos emocionais, tendo como única alternativa correta a letra C.</p> <p>Referencia Livro: Rennó, Rodrigo. Administração geral para concursos: Teoria e mais de 800 questões. 2º Edição. Rio de Janeiro. Método, 2015</p>
38	ADM2	14475	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA NA PROVA ADM2</p> <p>A LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências no seu art. 43 traz a seguinte redação: Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: I - Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação; II - Devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação; III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;</p>

					<p>IV - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;</p> <p>V - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;</p> <p>VI - Deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação. Sendo assim a questão contém duas alternativas corretas a letra B e E sendo assim, optamos por anular a questão.</p>
39	ADM2	14460	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Transcrevo a respectiva questão: A estrutura matricial é um modelo misto, que comporta ao mesmo tempo uma estrutura funcional com uma estrutura horizontal, que normalmente se refere a um projeto, uma divisão específica ou um produto. Marque a alternativa correta, sobre uma desvantagem da estrutura matricial para as organizações.</p> <p>(A) Potencializa as vantagens decorrentes da estrutura funcional e da estrutura divisional. <u>Essa alternativa é uma vantagem e não uma desvantagem da estrutura matricial.</u></p> <p>(B) Pode reduzir a multiplicação e a dispersão de recursos e, com isso, melhorar a eficiência. <u>Essa alternativa é uma vantagem e não uma desvantagem da estrutura matricial.</u></p> <p>(C) Muita dificuldade para apurar responsáveis por problemas.</p> <p>(D) Estimula uma visão limitada dos objetivos organizacionais. <u>Essa alternativa é uma desvantagem da estrutura funcional e não da estrutura matricial.</u></p> <p>(E) Pode gerar uma maior preocupação com resultados da divisão do que da empresa como um todo. <u>Essa alternativa é uma desvantagem da estrutura divisional e não da estrutura matricial.</u></p> <p>O adjetivo “muita” não anula a questão por ser ter uma única alternativa correta é informo que o termo é adequado visto a complexidade dessa estrutura organizacional o termo também é utilizados pelos autores da Teoria Geral da Administração.</p> <p>Referencia Livro: Rennó, Rodrigo. Administração geral para concursos: Teoria e mais de 800 questões. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Método, 2015</p>
		17858			
46	ADM2	11516	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>De acordo com Vargas, 2003 e Rennó, 2015: O grupo de processos de execução inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientar e gerenciar a execução do projeto. ✓ Realizar a garantia da qualidade. ✓ Mobilizar a equipe do projeto. ✓ Desenvolver a equipe do projeto.

					<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gerenciar a equipe do projeto. ✓ Distribuir informações. ✓ Gerenciar as expectativas das partes interessadas. ✓ Realizar aquisições <p>Sendo assim, a única alternativa correta é a letra D. Referencia Livro: Rennó, Rodrigo. Administração geral para concursos: Teoria e mais de 800 questões. 2º Edição. Rio de Janeiro. Método, 2015</p>
49	ADM2	13470	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>As principais vantagens do planejamento são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dá um “norte” para a empresa. ✓ Ajuda no autoconhecimento da empresa. ✓ Ajuda na motivação no comprometimento. ✓ Ajuda a focar os esforços. ✓ Define os parâmetros de controle. <p>Mesmo nas citações do candidato nenhuma demonstra que a alternativa E está correta. Sendo assim indeferimos o recurso. Referência Livro: Rennó, Rodrigo. Administração geral para concursos: Teoria e mais de 800 questões. 2º Edição. Rio de Janeiro. Método, 2015</p>
53	ADM2	17858	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Recurso sem fundamentação teórica. Sendo assim, decido pelo seu indeferimento.</p>
53	ADM3	-	-	-	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA NA PROVA ADM3</p> <p>A LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências no seu art. 43 traz a seguinte redação: Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: I - Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação; II - Devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação; III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos; IV - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do</p>

					<p>sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis; V - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; VI - Deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação. Sendo assim a questão contém duas alternativas corretas a letra B e E sendo assim, optamos por anular a questão.</p>
54	ADM1	-	-	-	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA NA PROVA ADM1</p> <p>A LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências no seu art. 43 traz a seguinte redação: Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: I - Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação; II - Devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação; III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos; IV - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis; V - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; VI - Deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação. Sendo assim a questão contém duas alternativas corretas a letra B e E sendo assim, optamos por anular a questão.</p>
56	ADM2	14538	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994 que Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, na Seção III aborda o item sobre Das Vedações ao Servidor Público: XV - E vedado ao servidor público; a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; d) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;</p>

				<p>e) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;</p> <p>f) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;</p> <p>g) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;</p> <p>h) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;</p> <p>i) iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;</p> <p>j) desviar servidor público para atendimento a interesse particular;</p> <p>l) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;</p> <p>m) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;</p> <p>n) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente;</p> <p>o) dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;</p> <p>p) exercer atividade profissional <u>aética</u> ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.</p> <p>Não existe nenhum erro na questão pois a mesma seguiu na integra o referido decreto.</p>
--	--	--	--	--

ADVOGADO					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
26	ADV1	13799	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Pedido indeferido. O princípio da instrumentalidade das formas está esculpido nos artigos 188 e 277, ambos do Código de Processo Civil, assim prevê:</p> <p>“Art. 188. Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, <u>considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, <u>o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade</u>” (grifo nosso).</p> <p>Ora, se a reclamada, em audiência, apresentou defesa e juntou documentos, como menciona o caso narrado na questão, a formalidade da citação fica suprida sem qualquer ofensa ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa.</p>
28	ADV3	10422	DEFERIDO		QUESTÃO ANULADA PROVA ADV3

		13478		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Tal questão foi concebida para que fosse marcada a alternativa incorreta, entretanto, houve erro material na elaboração da mesma, pelo que a questão deve ser anulada por não conter alternativa correta.
		17572			
		10185			
29	ADV1	12990	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Tal questão foi concebida para que fosse marcada a alternativa incorreta, entretanto, houve erro material na elaboração da mesma, pelo que a questão deve ser anulada por não conter alternativa correta.
		12553			
		12185			
		13799			
		11059			
29	ADV2	10855	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Tal questão foi concebida para que fosse marcada a alternativa correta, entretanto, houve erro material na elaboração da mesma, pelo que a questão deve ser anulada por não conter alternativa correta.
		16221			
		17701			
		15876			
		17097			
30	ADV2	17701	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Tal questão, como bem asseverou o candidato no presente recurso, foi concebida para que fosse marcada a alternativa incorreta, entretanto, houve erro material na elaboração da mesma, pelo que a questão deve ser anulada por não conter alternativa correta.
		10855			
		17097			
		16221			
		13869			
30	ADV3	13478	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Tal questão foi concebida para que fosse marcada a alternativa incorreta, entretanto, houve erro material na elaboração da mesma, pelo que a questão deve ser anulada por não conter alternativa correta.
31	ADV1	12185	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Tal questão foi concebida para que fosse marcada a alternativa correta, entretanto, houve erro material na elaboração da mesma, pelo que a questão deve ser anulada por não conter alternativa correta.
		13799			
33	ADV3	13478	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	

					Pedido deferido. Tendo em vista que o Edital menciona “sociedades anônimas” como assunto apto a ser cobrado no presente certame, mas não especifica a cobrança de conteúdo com base na legislação específica (qual seja, a Lei nº6.404/76), faz-se mais correto e justo com os candidatos que a referida questão seja considerada anulada.
34	ADV2	17097	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>Pedido indeferido. O princípio da instrumentalidade das formas está esculpido nos artigos 188 e 277, ambos do Código de Processo Civil, assim prevê: “Art. 188. Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial. (...)” Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade” (grifo nosso). Ora, se a reclamada, em audiência, apresentou defesa e juntou documentos, como menciona o caso narrado na questão, a formalidade da citação fica suprida sem qualquer ofensa ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa.</p>
		17701		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	
37	ADV1	13799	DEFERIDO	MUDANÇA DE GABARITO	<p style="text-align: center;">MUDANÇA DE GABARITO PARA ALTERNATIVA A</p> <p>A alternativa “E” está em desacordo com a redação original do Código de Processo Civil uma vez que menciona o <u>administrador judicial</u> ao invés de <u>administrador</u>; ao passo que a alternativa “A” está em consonância com o entendimento do ordenamento jurídico pátrio.</p>
		11059			
37	ADV2	10855	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA ADV2</p> <p>Pedido deferido. Tendo em vista que o Edital menciona “sociedades anônimas” como assunto apto a ser cobrado no presente certame, mas não especifica a cobrança de conteúdo com base na legislação específica (qual seja, a Lei nº6.404/76), faz-se mais correto e justo com os candidatos que a referida questão seja considerada anulada.</p>
		16221			
		15876			
37	ADV3	17572	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	<p>Pedido indeferido. De fato, não é incomum a doutrina apresentar divergências, porém, importante é não haver discussão acerca da existência do princípio. Segundo o renomado doutrinador trabalhista Maurício Godinho Delgado (Curso de direito do trabalho. 17ª edição rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr. 2018, p. 247) o princípio do <i>in dubio pro operário</i> apresenta um problema “essencialmente prático, consistente no fato de que ele abrange dimensão temática já acobertada por outro princípio trabalhista específico (o da norma mais favorável). (...) De fato, uma das dimensões da velha diretriz é aquela que informa que o operador jurídico, em situações de confronto entre interpretações consistentes de certo preceito normativo, deve optar pela mais favorável ao trabalhador. Ora, essa dimensão do velho princípio é válida e importante, <u>mas já está, hoje, atendida com precisão, pelo princípio da norma mais favorável.</u>” (grifo nosso)</p> <p>Isto posto, não é equivocada a menção proposta na alternativa “E” da questão em tela. Ademais, buscando ainda fundamento hermenêutico em Konrad Hesse (apud SILVA, Kelly Susane Afflen da. <i>Hermenêutica jurídica e concretização judicial</i>. Porto Alegre: Antônio Sergio Fabris. 2000), é possível</p>

					aduzir que a norma é um produto da interpretação do texto apresentado, assim, variadas normas podem ainda ser tidas em um único texto legal.
38	ADV1	-	-	-	QUESTÃO ANULADA PROVA ADV1 Pedido deferido. Tendo em vista que o Edital menciona “sociedades anônimas” como assunto apto a ser cobrado no presente certame, mas não especifica a cobrança de conteúdo com base na legislação específica (qual seja, a Lei nº6.404/76), faz-se mais correto e justo com os candidatos que a referida questão seja considerada anulada.
38	ADV2	17097	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	MUDANÇA DE GABARITO PARA ALTERNATIVA A A alternativa “E” está em desacordo com a redação original do Código de Processo Civil uma vez que menciona o <u>administrador judicial</u> ao invés de <u>administrador</u> ; ao passo que a alternativa “A” está em consonância com o entendimento do ordenamento jurídico pátrio.
		14982			
40	ADV3	17572	DEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	MUDANÇA DE GABARITO PARA ALTERNATIVA A A alternativa “E” está em desacordo com a redação original do Código de Processo Civil uma vez que menciona o <u>administrador judicial</u> ao invés de <u>administrador</u> ; ao passo que a alternativa “A” está em consonância com o entendimento do ordenamento jurídico pátrio.
44	ADV2	10855	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Pedido indeferido. Em que pese o Código Civil brasileiro de 2002 estabeleça regra sobre a necessária inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, tal regra não configura condição <i>sine qua non</i> da <u>constituição da sociedade</u> , mas sim condição de sua <u>regularidade perante os órgãos de controle</u> . Ora, como é sabido, regularidade não se confunde com constituição/criação, esta diz respeito à existência ou não da sociedade, aquela diz respeito à sua condição de cumpridora das obrigações legais que o Estado lhe impõe, tanto é assim, que correntemente, na doutrina e na jurisprudência, fala-se em sociedades de fato e/ou irregulares, bem como o próprio Código Civil traz capítulo para tratar “da sociedade não personificada” (a partir do artigo 986). Logo, Nunes e Almeida <u>de fato</u> constituem uma sociedade, seja ela registrada ou não no órgão competente.
45	ADV2	14982	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Pedido indeferido. Leia-se atentamente o texto disposto na alternativa “B”: “B) Pitolomeu não poderá efetuar tais delegações uma vez que há impedimento legal para que o faça a outros órgãos, mesmo que estes lhes sejam hierarquicamente subordinados.” (grifo nosso) Ora, de fato não poderá haver delegações dos assuntos mencionados na questão em comento, entretanto, a justificativa para que tais delegações não ocorram diz respeito às matérias que seriam objeto de delegação que, segundo a legislação pertinente, não estão aptas a tal processo. Não é justificativa plausível a natureza do órgão ou pessoa a quem supostamente seria ou não feita tal delegação. Por este fato, a alternativa “B” fica incorreta. Havendo na referida questão, portanto, apenas uma alternativa correta a ser marcada.

53	ADV2	16221	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Pedido indeferido. De certo que os estados-membros possuem autonomia, que é caracterizada pela chamada tríplex capacidade: capacidades de se autoadministrar, autogovernar e autoorganizar. Composto esta última está a possibilidade de editarem suas próprias normas constitucionais, o que ficou conhecido como Poder Constituinte Derivado Decorrente.</p> <p>Em que pese seja um Poder Constituinte, tal não é originário, portanto, é limitado, condicionado, subordinado e secundário ao Poder Constituinte Originário. Nestes termos, são reconhecidos, pela doutrina e pela jurisprudência, limites impostos ao poder que os estados-membros têm de editar suas Constituições. Quanto a estes limites, a classificação de José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 609) é uma das mais reconhecidas, a saber:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) princípios constitucionais sensíveis: são sensíveis aqueles princípios positivados no artigo 34, inciso VII, da Constituição. Ao organizar-se, deverá o estado adotar: a forma republicana, o sistema representativo e o governo democrático, os direitos, a autonomia municipal e a prestação de contas da administração pública — a direta e a indireta; 2) princípios constitucionais estabelecidos: são estabelecidos todos os que “revelam, previamente, a matéria de sua organização e as normas constitucionais de caráter vedatório, bem como os princípios de organização política, social e econômica, que determinam o retraimento da autonomia estadual, etc; 3) princípios constitucionais <u>extensíveis</u>: são princípios que, mesmo consubstanciando regras de organização da União Federal, são aplicados aos estados-membros. <p>Vide o precedente do STF na ADI 486/DF, quando declarada inconstitucional Emenda à Constituição do Estado do Espírito Santo, com fundamento no princípio da simetria. A relevância dessa decisão no ordenamento constitucional brasileiro está em preencher o silêncio da Constituição Federal de 1988, que não trouxe consigo princípios extensíveis, para impor aos estados-membros as diretrizes básicas do sistema federal.</p> <p>Na ADI 3.619/DF (rel. min. Eros Grau, DJ 20/4/2007) o STF também resolveu sobre a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito estadual a partir do artigo 58 §3º CRFB/88.</p> <p>Ante o exposto, a alternativa “A”, também está equivocada, pois o limite em questão não é um princípio constitucional estabelecido, mas sim fruto da simetria que envolve o regime federativo brasileiro, também chamado de princípio constitucional extensível.</p>
		13869		MUDANÇA DO GABARITO	
53	ADV3	13478	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Pedido indeferido. Como bem mencionou o candidato no respectivo recurso, o artigo 992 do Código Civil brasileiro de 2002 tem a seguinte redação:</p> <p>“Art. 992. A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.”</p> <p>Em que pese a IN RFB nº 1.634/16 traçar regra sobre a necessária inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, tal regra não configura condição <i>sine qua non</i> da <u>constituição da sociedade em conta de participação</u>, mas sim condição de sua <u>regularidade perante a Receita Federal</u>. Ora, como é sabido, regularidade não se confunde com constituição/criação, esta diz respeito à existência ou não</p>

					da sociedade, aquela diz respeito à sua condição de cumpridora das obrigações legais que o Estado lhe impõe, tanto é assim, que correntemente, na doutrina e na jurisprudência, fala-se em sociedades de fato e/ou irregulares.
54	ADV1	-	-	-	<p style="text-align: center;">MUDANÇA DE GABARITO PARA ALTERNATIVA B</p> <p>Pedido indeferido para a anulação da questão. O gabarito deve ser alterado. A alternativa que deve ser tida como correta é a alternativa “B”. De um <u>modo geral</u> os Governadores de Estado têm legitimidade para propor tanto ADI quanto ADC, entretanto, a questão solicita do candidato a análise das alternativas <u>a partir do caso narrado</u>. À luz do caso narrado, não poderia o Governador propor ADC, uma vez que tal ação apenas alcança leis ou atos normativos federais, mas <u>apenas ADI</u>, uma vez que a questão narra lei estadual.</p>
55	ADV2	10855	DEFERIDO	MUDANÇA DE GABARITO	<p style="text-align: center;">MUDANÇA DE GABARITO PARA ALTERNATIVA B</p> <p>Pedido indeferido para a anulação da questão. O gabarito deve ser alterado. A alternativa que deve ser tida como correta é a alternativa “B”. De um <u>modo geral</u> os Governadores de Estado têm legitimidade para propor tanto ADI quanto ADC, entretanto, a questão solicita do candidato a análise das alternativas <u>a partir do caso narrado</u>. À luz do caso narrado, não poderia o Governador propor ADC, uma vez que tal ação apenas alcança leis ou atos normativos federais, mas <u>apenas ADI</u>, uma vez que a questão narra lei estadual.</p>
		14982			
55	ADV3	13478	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Pedido indeferido. Leia-se atentamente a alternativa A da questão supracitada: “A) Além de outros, são direitos sociais a educação, a saúde, <u>a liberdade</u>, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (grifo nosso). Ora, a expressão grifada torna a alternativa incorreta uma vez que a liberdade não é direito social, mas sim compõe a órbita dos direitos e garantias individuais e coletivos, como bem consta de diversas passagens do artigo 5º da CRFB/88, inclusive de seu próprio caput: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, <u>à liberdade</u>, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos: (...)”</p>
56	ADV1	12185	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA ADV1</p> <p>Pedido deferido. A questão apresenta erro na formatação. O item III foi convertido em dois itens distintos, quais sejam: III e IV, trazendo dubiedade e equívoco.</p>
56	ADV3	-	-	-	<p style="text-align: center;">MUDANÇA DE GABARITO PARA ALTERNATIVA B</p> <p>Pedido indeferido para a anulação da questão. O gabarito deve ser alterado. A alternativa que deve ser tida como correta é a alternativa “B”. De um <u>modo geral</u> os Governadores de Estado têm legitimidade para propor tanto ADI quanto ADC, entretanto, a questão solicita do candidato a análise das alternativas <u>a partir do caso narrado</u>. À luz do</p>

					caso narrado, não poderia o Governador propor ADC, uma vez que tal ação apenas alcança leis ou atos normativos federais, mas apenas ADI, uma vez que a questão narra lei estadual.
59	ADV2	16221	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Pedido indeferido. Os argumentos apresentados no presente recurso não estão de acordo com a lógica constitucional. O fato de não ser cabível Intervenção Federal diante do caso narrado não provoca imediato erro da alternativa "A". O candidato argumenta que não poderia o Presidente da República decretar a Intervenção Federal (alternativa "B"), logo, não seria o caso do Congresso Nacional deliberar sobre o assunto (alternativa "A"). Ora, é justamente a possibilidade de falhas na interpretação e aplicação da Intervenção Federal pelo Presidente da República que instigou o legislador constituinte a prever a posterior e necessária ratificação da medida excepcional pelo Congresso Nacional, nos termos do que preconiza o § 1º artigo 36 da CRFB/88.
59	ADV3	-	-	-	QUESTÃO ANULADA PROVA ADV3 Pedido deferido. A questão apresenta erro na formatação. O item III foi convertido em dois itens distintos, quais sejam: III e IV, trazendo dubiedade e equívoco.
60	ADV2	17097	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA ADV2 Pedido deferido. A questão apresenta erro na formatação. O item III foi convertido em dois itens distintos, quais sejam: III e IV, trazendo dubiedade e equívoco.

FARMACÊUTICO					
QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
26	FAR2	15457	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR2 Segundo o artigo 9º: quando se tratar de afastamento provisório do farmacêutico diretor técnico ou farmacêutico responsável técnico ou, do farmacêutico assistente técnico, o MESMO deverá, obrigatoriamente, comunicar por escrito ao respectivo CRF para avaliação, sob pena das sanções cabíveis. O comando da questão se refere às obrigações do ESTABELECIMENTO OU EMPRESA que designa o farmacêutico como responsável técnico. Devido às inconsistências na descrição do comando que prejudicaram as proposições da questão, a mesma deve ser anulada, sendo a solicitação indeferida.
28	FAR3	-	-	-	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR2 Segundo o artigo 9º: quando se tratar de afastamento provisório do farmacêutico diretor técnico ou farmacêutico responsável técnico ou, do farmacêutico assistente técnico, o MESMO deverá, obrigatoriamente, comunicar por escrito ao respectivo CRF para avaliação, sob pena das sanções cabíveis.

					O comando da questão se refere às obrigações do ESTABELECIMENTO OU EMPRESA que designa o farmacêutico como responsável técnico. Devido às inconsistências na descrição do comando que prejudicaram as proposições da questão, a mesma deve ser anulada, sendo a solicitação indeferida.
29	FAR1	17550	INDEFERIDO	MUDANÇA DO GABARITO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR1 Reconhecidas as inconsistências na descrição do comando que prejudicaram as proposições da questão, defere-se a solicitação.
		13137	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	
		12798			
30	FAR1	12749	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR1 Questão ANULADA devido a presença de mais de uma alternativa correta entre as assertivas apresentadas. Além disso, a assertiva assinalada como correta pelo gabarito preliminar trata-se de um distrator ao artigo 10 da RDC nº 22/2014 o que não fora solicitado pelo enunciado da questão.
		12798			
		14190			
		17550			
		14380			
		17671			
		13137			
		15383			
		14253			
32	FAR2	-	-	-	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR2 Devido erro material no comando da questão.
35	FAR3	-	-	-	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR3 Devido erro material no comando da questão.
36	FAR3	17662		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Segundo o Artigo 8º da Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 596, de 21 de fevereiro de 2014 às infrações éticas e disciplinares medianas há previsibilidade da aplicação da pena de multa (elevação ao dobro das multas previamente aplicadas ao profissional farmacêutico reincidente em infrações éticas e disciplinares medianas) OU aplicação de pena de suspensão em casos de reincidência. Desta forma, na questão 57, a assertiva B afirma como ser mandatório que a sanção seja a suspensão do profissional

					em caso de reincidência em infrações éticas e disciplinares medianas, quando na verdade esta é uma das possibilidades a serem empregadas nestes casos. Por outro lado, na alternativa C, segundo a Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014 há previsibilidade de aplicação de pena de suspensão de 12 meses na terceira vez de reincidência a transgressão, mantendo esta assertiva como verdadeira.
37	FAR3	16110	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR3 Questão ANULADA devido a presença de mais de uma alternativa correta entre as assertivas apresentadas. Além disso, a assertiva assinalada como correta pelo gabarito preliminar trata-se de um distrator ao artigo 10 da RDC nº 22/2014 o que não fora solicitado pelo enunciado da questão.
		15905			
		16663			
39	FAR2	12638	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR2 Apesar de não ser um requisito único para o desempenho das atividades em perfusão, o comando da questão abre possibilidade para considerar a afirmação da alternativa (A) como correta.
40	FAR1	14380	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR1 Defere-se a solicitação por erro na redação da alternativa (C). Onde se lê ATO seria TERMO.
40	FAR2	15457	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR2 A referida questão apresentou um erro de formatação no seu comando, o que seria fundamental para a coerência da questão. Diante do ocorrido, tal questão deve ser anulada.
		15365			
		12121			
		12638			
		16602			
47	FAR1	13137	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR1 Apesar de não ser um requisito único para o desempenho das atividades em perfusão, o comando da questão abre possibilidade para considerar a afirmação da alternativa (A) como correta.
		14253			
47	FAR3	-	-	-	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR3 Devido erro material no comando da questão.
48	FAR1	12749	DEFERIDO		QUESTÃO ANULADA PROVA FAR1

		12798		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A referida questão apresentou um erro de formatação no seu comando, o que seria fundamental para a coerência da questão. Diante do ocorrido, tal questão deve ser anulada.
		14190			
		17550			
		15385			
		14380			
		15383			
		14253			
48	FAR2	15457	-	-	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR2 Devido erro material no comando da questão.
49	FAR2	13353	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Segundo o Artigo 8º da Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 596, de 21 de fevereiro de 2014 às infrações éticas e disciplinares medianas há previsibilidade da aplicação da pena de multa (elevação ao dobro das multas previamente aplicadas ao profissional farmacêutico reincidente em infrações éticas e disciplinares medianas) OU aplicação de pena de suspensão em casos de reincidência. Desta forma, na questão, a assertiva B afirma como ser mandatório que a sanção seja a suspensão do profissional em caso de reincidência em infrações éticas e disciplinares medianas, quando na verdade esta é uma das possibilidades a serem empregadas nestes casos. Por outro lado, na alternativa C, segundo a Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014 há previsibilidade de aplicação de pena de suspensão de 12 meses na terceira vez de reincidência a transgressão, mantendo esta assertiva como verdadeira.
50	FAR2	15457	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA PROVA FAR2 Questão ANULADA devido a presença de mais de uma alternativa correta entre as assertivas apresentadas. Além disso, a assertiva assinalada como correta pelo gabarito preliminar trata-se de um distrator ao artigo 10 da RDC nº 22/2014 o que não fora solicitado pelo enunciado da questão.
		15365			
		16602			
51	FAR1	12749	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O comando da questão se refere à identificação das orientações estabelecidas pela RDC 80/06, a descrição na alternativa (C) é a única que está de acordo com a referida RDC, invalidando as demais alternativas.

54	FAR2	15457	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Segundo o artigo 9º: quando se tratar de afastamento provisório do farmacêutico diretor técnico ou farmacêutico responsável técnico ou, do farmacêutico assistente técnico, o MESMO deverá, obrigatoriamente, comunicar por escrito ao respectivo CRF para avaliação, sob pena das sanções cabíveis.</p> <p>O comando da questão se refere às obrigações do ESTABELECIMENTO OU EMPRESA que designa o farmacêutico como responsável técnico.</p>
		15365			
56	FAR1	-	-	-	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA FAR1</p> <p>Devido erro material no comando da questão.</p>
57	FAR1	12749	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Segundo o Artigo 8º da Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 596, de 21 de fevereiro de 2014 às infrações éticas e disciplinares medianas há previsibilidade da aplicação da pena de multa (elevação ao dobro das multas previamente aplicadas ao profissional farmacêutico reincidente em infrações éticas e disciplinares medianas) OU aplicação de pena de suspensão em casos de reincidência. Desta forma, na questão 57, a assertiva B afirma como ser mandatório que a sanção seja a suspensão do profissional em caso de reincidência em infrações éticas e disciplinares medianas, quando na verdade esta é uma das possibilidades a serem empregadas nestes casos.</p> <p>Por outro lado, na alternativa C, segundo a Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014 há previsibilidade de aplicação de pena de suspensão de 12 meses na terceira vez de reincidência a transgressão, mantendo esta assertiva como verdadeira.</p>
		15385			
		17671			
58	FAR1	12749	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Segundo o artigo 9º: quando se tratar de afastamento provisório do farmacêutico diretor técnico ou farmacêutico responsável técnico ou, do farmacêutico assistente técnico, o MESMO deverá, obrigatoriamente, comunicar por escrito ao respectivo CRF para avaliação, sob pena das sanções cabíveis.</p> <p>O comando da questão se refere às obrigações do ESTABELECIMENTO OU EMPRESA que designa o farmacêutico como responsável técnico.</p>
		15383			
58	FAR3	12638	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA FAR3</p> <p>Apesar de não ser um requisito único para o desempenho das atividades em perfusão, o comando da questão abre possibilidade para considerar a afirmação da alternativa (A) como correta.</p>
59	FAR3	15905	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p style="text-align: center;">QUESTÃO ANULADA PROVA FAR3</p> <p>A referida questão apresentou um erro de formatação no seu comando, o que seria fundamental para a coerência da questão. Diante do ocorrido, tal questão deve ser anulada.</p>
		12110			

		16110			
		17662			
		16663			

OUTROS

QUESTÃO	TIPO DE PROVA	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
-	-	10574	INDEFERIDO	-	INDEFERIDO EM OBSERVÂNCIA AO ITEM 10.18 DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018.
		10575	INDEFERIDO		